



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA CIDADÃ**

**A PSICOLOGIA CLÍNICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RS:
possibilidades e desafios**

Luciane de Castro Sperotto

Porto Alegre - RS

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
IFCH – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA CIDADÃ**

**A PSICOLOGIA CLÍNICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RS:
possibilidades e desafios**

Luciane de Castro Sperotto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, como requisito para obtenção do título de Mestre em Segurança Cidadã.

Orientador: Prof. Dra. Rosimeri Aquino da Silva.

Porto Alegre-RS

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Sperotto, Luciane de Castro
A Psicologia Clínica na Polícia Civil do Estado do
RS: possibilidades e desafios / Luciane de Castro
Sperotto. -- 2025.
64 f.
Orientador: Rosimeri Aquino da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança
Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. Psicologia. 2. Polícia. 3. Cultura policial. 4.
Segurança Cidadã. I. da Silva, Rosimeri Aquino,
orient. II. Título.

A PSICOLOGIA CLÍNICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RS: possibilidades e desafios

Luciane de Castro Sperotto

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Segurança Cidadã pelo Programa de Pós- Graduação em Segurança Cidadã do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, RS __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rosimeri Aquino d Silva
Orientador

Prof. Dra. Fernanda Bestetti de Vasconcellos
Universidade Federal do RS - UFRGS
Avaliador

Prof. Dr. Fernando Seffner
Universidade Federal do RS -UFRGS
Avaliador

Prof. Fernanda Bittencourt Ribeiro
Universidade Federal do RS - UFRGS
Avaliador

Ao meu querido pai, em memória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus queridos filhos, vocês são a minha melhor versão. Ao meu marido, sempre ao meu lado, meu parceiro incansável, me dando força e contribuindo como pessoa, psicólogo e policial. Ao meu pai, triste dor por tê-lo perdido neste último ano, mas com a certeza que estaria orgulhoso por este momento. Minha mãe, obrigada por tudo. Meu irmão, obrigada pelas contribuições junto a Instituição e pelos meus lindos afilhados. Somos uma família de policiais!

Queridos colegas psicólogos do DSA, agradeço de coração a disponibilidade em participarem do trabalho, muito contribuíram e seguem contribuindo no lindo trabalho que realizam na Polícia Civil.

Minha querida orientadora Rosi, obrigada por acreditar na importância deste trabalho, por sua disponibilidade, paciência e motivação. Muito me ajudou!

Por fim, agradeço ao PPGSEG pela acolhida, aprendizagens e discussões.

RESUMO

A segurança pública no Brasil é um tema que rende muitos debates, assim como a saúde mental, temas tão atuais na contemporaneidade. No estado do Rio Grande do Sul, a Polícia Civil conta com um Departamento de Saúde (DSA) que oferece serviços de Psicologia aos policiais. O presente trabalho teve como objetivo compreender o trabalho realizado pelos psicólogos, assim como particularidades do trabalho com policiais e possibilidades de políticas públicas que atendam a categoria. Tal pesquisa se justifica pela importância de se manter e expandir serviços em saúde mental que atenda os policiais, a fim de que se proponham outras intervenções da Psicologia na instituição. Conclui-se que o serviço de Psicologia clínica realizado na PC-RS foi um trabalho precursor na segurança pública e muito auxilia os policiais a lidar com as adversidades da profissão, mas pensando na perpetuação da cultura policial ao longo dos anos, a Psicologia pode ainda contribuir com intervenções no coletivo no campo de políticas públicas em Segurança cidadã, promovendo grupos, debates, ministrando aulas e sendo interlocutor das demandas policiais com a organização.

Palavras-chave: Segurança Pública; Polícia; Psicologia

ABSTRACT

Public safety in Brazil is a topic that generates much debate, as is mental health, a subject so relevant today. In the state of Rio Grande do Sul, the Civil Police has a Health Department (DSA) that offers psychological services to police officers. This study aimed to understand the work carried out by psychologists, as well as the particularities of working with police officers and the possibilities for public policies that address the needs of this group. This research was justified by the importance of maintaining and expanding mental health services for police officers, in order to propose other psychological interventions within the institution. It concludes that the clinical psychology service provided by the Rio Grande do Sul Civil Police was a pioneering work in public safety and greatly assists police officers in dealing with the adversities of the profession. However, considering the perpetuation of police culture over the years, psychology can still contribute with collective interventions in the field of public policies on citizen safety, promoting groups, debates, teaching classes, and acting as an intermediary for police demands within the organization.

Keywords: Public Safety; Police; Psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Série histórica de vitimização policial por suicídio e CVLI – Brasil (2018-2024).18	
Figura 2 – Vitimização de policiais civis – Brasil (2023-2024).....	19

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM - Brigada Militar

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais

DSA - Departamento de Saúde da Polícia Civil

ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

IBM - Intervenções Baseadas em Mindfulness

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IGP - Instituto-Geral de Perícias

MCN - Matriz Curricular Nacional

MJ - Ministério da Justiça

MVIS - Mortes violentas intencionais

OMS - Organização Mundial de Saúde

PC - Polícia Civil

PC-RS - Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul

PNSPDS - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PPGSEG - Programa de Pós-graduação em Segurança Pública

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RENAESP - Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

SAS - Serviço de Assistência Social

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SJS - Secretaria da Justiça e da Segurança

SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul

SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários, atualmente Polícia Penal

SUSP - Sistema Unificado de Segurança Pública

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEPT - Transtorno do Estresse Pós-Traumático

TLCE - Termo de Livre Consentimento Esclarecido

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação buscou compreender o trabalho dos Psicólogos, profissionais integrantes do Departamento de Saúde da Polícia Civil do RS, com um enfoque na investigação do modelo atual de trabalho clínico direcionado aos policiais.

O interesse pelo tema que norteia esta dissertação está relacionado à atuação profissional da autora e seu percurso em formações relacionadas à Segurança Pública. Percebo que a Psicologia pode contribuir mais nas áreas do trabalho e principalmente participar da construção de políticas públicas aos policiais.

Para isso, a discussão proposta é baseada em três conteúdos: A Psicologia e suas contribuições na Polícia Civil do RS; “A cultura policial” e Políticas Públicas em Segurança Cidadã.

Esta dissertação está em consonância com o estabelecido na promulgação da Resolução 02/2024/PPGSEG/UFRGS, de 23 de janeiro de 2024, que estabelece as normas do modelo de Dissertação atual do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do RS.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. RELATÓRIO DA PESQUISA.....	13
1.1 INTRODUÇÃO	13
1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	16
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.4 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
<i>1.4.1 Psicologia Clínica.....</i>	<i>20</i>
<i>1.4.2 Cultura policial.....</i>	<i>24</i>
<i>1.4.3 Políticas Públicas de Segurança Pública</i>	<i>28</i>
1.5 OBJETIVOS	33
<i>1.5.1 Objetivo Geral:.....</i>	<i>33</i>
<i>1.5.2 Objetivos específicos:.....</i>	<i>33</i>
1.6 HIPÓTESE	34
1.7 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	34
<i>1.7.1 Desenho da pesquisa</i>	<i>34</i>
<i>1.7.2 Alcance da pesquisa.....</i>	<i>34</i>
<i>1.7.3 Estratégia de coleta de dados</i>	<i>34</i>
<i>1.7.4 Fontes de dados, participantes</i>	<i>34</i>
<i>1.7.5 Estratégia de amostragem</i>	<i>35</i>
<i>1.7.6 Procedimentos éticos</i>	<i>35</i>
<i>1.7.7 Estratégia de análise de dados</i>	<i>35</i>
1.8 RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS.....	35
<i>1.8.1. O trabalho da Psicologia na Polícia Civil.....</i>	<i>35</i>
<i>1.8.2 A existência de uma cultura policial.....</i>	<i>38</i>
<i>1.8.3 Políticas públicas e segurança cidadã</i>	<i>41</i>
<i>1.8.4 Conclusões</i>	<i>43</i>
CAPÍTULO 2. ARTIGO CIENTÍFICO.....	44
2.1 INTRODUÇÃO	44
<i>2.1.1 Prevenção.....</i>	<i>45</i>
<i>2.1.2 Ações</i>	<i>47</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52
CAPÍTULO 3 - PRODUTO TÉCNICO.....	55
<i>3.1.1 Título:.....</i>	<i>55</i>

<i>3.1.2 Produto técnico:</i>	55
<i>3.1.3 Definição:</i>	55
<i>3.1.4 Natureza:</i>	55
<i>3.1.5. Abrangência:</i>	55
<i>3.1.6. Público usuário:</i>	55
<i>3.1.7 Descrição do produto e sua finalidade:</i>	55
<i>3.1.8 Finalidade:</i>	55
<i>3.1.9 Público-alvo:</i>	56
<i>3.1.10 Avanços tecnológicos:</i>	56
<i>3.1.11 Conexão com a pesquisa:</i>	56
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	57
REFERÊNCIAS	59

CAPÍTULO 1. RELATÓRIO DA PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

Este estudo visou compreender sobre o trabalho de psicólogos com policiais, essa temática nasceu de uma experiência pessoal.

Há quinze anos trabalhando na Polícia Civil como psicóloga, atendendo policiais em psicoterapia e antes mesmo de iniciar este trabalho, tinha curiosidade de entender as especificidades em trabalhar com este público. No início, eu me perguntava: suas queixas seriam diferentes de outros públicos? Quais problemas enfrentavam? Qual seria a melhor forma de atendê-los? Estaria preparada para essa tarefa? Com a experiência dos atendimentos fui tendo diferentes percepções, inicialmente me deparei com uma estrutura dentro do Palácio da Polícia, onde eram atendidos policiais ativos, aposentados e seus dependentes. Naquele contexto, enfrentamos vários desafios, como a saída de alguns profissionais, a entrada de uma nova equipe, a falta de salas para atendimentos, a falta de isolamento acústico necessário para os atendimentos clínicos e a mudança física para um prédio anexo.

As queixas dos primeiros pacientes versavam sobre problemas de relacionamento conjugal e as dificuldades relacionadas ao trabalho policial enfrentados na instituição, principalmente pelas altas demandas e condições precárias de trabalho. Fui tomando conhecimento das queixas que envolviam aqueles servidores e entendendo que havia um certo preconceito dos policiais em buscar o serviço, principalmente pela insegurança em relação ao sigilo profissional do psicólogo inserido na instituição. Na minha graduação em Psicologia não havia me deparado com casos de atendimentos a policiais, mas fui entendendo a dificuldade deles em procurar ajuda, principalmente pelo estereótipo da profissão em que acreditam que conseguem resolver seus problemas sozinho e que buscar atendimento poderia significar fracasso. Aos poucos fui percebendo a complexidade em atender esse público pelas demandas de alto risco que enfrentam na sua profissão, os desajustes familiares em função de rotinas estressantes, uso abusivo de álcool e de outras drogas, além do alto risco de suicídio. Por vezes, me senti solitária na tarefa, especialmente porque a clínica é vista tradicionalmente como um trabalho isolado e o processo de melhora do paciente vai depender do sucesso do processo terapêutico. Entretanto, no decorrer destes anos, encontrei outros profissionais, psicólogos e vi que era possível estabelecer diálogos, trocar experiências, criar projetos e, também, compreender algumas especificidades dessa atividade junto a esse público.

Para a realização da presente dissertação, comecei a pensar em formas que a Psicologia poderia contribuir para a complexidade que há nos temas que cercam a segurança pública. Diante disso, resolvi entrevistar os psicólogos, buscando entender suas impressões aos atendimentos psicológicos realizados aos policiais civis no Departamento de Saúde (DSA) da Polícia Civil do RS, onde foi possível e de fundamental importância para identificar o trabalho da escuta clínica realizado pelos psicólogos. Prática essa que funciona como prevenção ao não adoecimento psíquico e a melhora das queixas de sofrimento causadas, muitas vezes, pelos relacionamentos pessoais e pelas próprias condições de trabalho dos policiais. A possibilidade de cursar um Mestrado na área da Segurança Pública, acessar leituras referentes à questão da violência, políticas públicas e segurança cidadã foi também fundamental para ampliar a minha visão sobre o tema que me debrucei.

A maioria das corporações policiais não dispõem de quadros de Psicólogos próprios, nem de unidades específicas para o atendimento em saúde mental compondo seu organograma institucional. Talvez, eu intuo, porque ainda persista um entendimento comum de que esse serviço não é necessário, visto que policiais devem dar conta de seus conflitos como heróis resistentes a tudo.

A criação do antigo SAS (Serviço de Assistência Social) na Polícia Civil RS e posteriormente nomeada DSA, foi o primeiro local dentro da Segurança Pública do Estado a ser constituída com o olhar para a saúde mental, na década de 80. Criada em 1980 como Serviço de Assistência Social (SAS), contava com atendimento psicológico, Serviço Social, Fonoaudiologia, Psicopedagogia e setor jurídico na área Psicossocial. Contando com mais de 40 profissionais, incluindo os médicos, dentistas, fisioterapeutas, farmacêutico e nutricionistas da Policlínica e tendo a gestão coordenada por uma Psicóloga. Tratava-se de um contexto do qual é possível inferir que havia uma preocupação e também ações efetivas voltadas para a saúde dos servidores num amplo espectro.

Posteriormente, passou a ser uma Divisão de Saúde. No ano de 2014, com a titularidade de um(a) Delegado(a) de Polícia respondendo pela Divisão, manteve-se uma coordenadora Psicóloga, voltada para as questões técnicas da Psicologia e uma equipe multidisciplinar que atuam nas seções de Psicologia, Serviço Social, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem e Farmácia. Também oferece atendimento em algumas especialidades médicas, por meio de médicos credenciados ao convênio IPE saúde, que se disponibilizam a atender nesta Divisão.

Atualmente, em 2025, houve uma nova alteração, criando o Departamento de Saúde da Polícia Civil RS, reestruturando o serviço, ficando a Divisão Psicossocial contemplando a Psicologia e Serviço Social e a Policlínica com as demais áreas. (Organograma anexo XX)

A Polícia Civil do Estado do RS oferece aos seus servidores e dependentes serviços de saúde através do Departamento de Saúde, dividida nas áreas de Psicossocial e Policlínica. O departamento é um órgão envolvido na promoção da saúde integral, na prevenção, no tratamento das diversas doenças e oferece serviços de saúde física e mental aos policiais civis.

O serviço da Psicologia do Departamento de Saúde oferece serviços como acompanhamento psicológico individual (terapia semanal) e em grupos. O atendimento psicológico acontece pela procura de forma espontânea do policial, ou encaminhado por chefia, este serviço também era estendido aos dependentes. Os atendimentos atualmente se dão de forma presencial e online, eles contemplam a capital e interior do Estado, onde são realizados em torno de 500 atendimentos mensais, o que demonstra uma grande demanda por esse serviço, já que antes da pandemia da covid 19, faziam-se em média 300 atendimentos.

Mudanças no cenário do trabalho na atualidade, vem demandando a ampliação dos espaços de intervenção dos psicólogos que atuam no mundo do trabalho, mesmo que se faça grupos com os policiais, além de atendimentos individuais, a dificuldade em promover mudanças nas chefias, a partir das queixas trazidas nos grupos, preservando as individualidades e mudando o sistema que adocece é algo a ser alcançado pelos psicólogos. Estes profissionais têm sido cada vez mais convocados para atuar em prol da manutenção da saúde e do bem-estar das organizações, mas ainda carecem de reconhecimento junto aos gestores. Durante a realização das disciplinas do Mestrado, pensando nas possíveis intervenções da Psicologia, foi possível identificar, a partir das leituras e discussões, a ausência de políticas públicas para o tema da saúde mental na Segurança Pública, pela relevância do assunto, acredito que a proposição de políticas, nesse campo, é algo não dispensável.

Deste modo, o presente estudo investiga as práticas de promoção de saúde realizadas pelos psicólogos do trabalho à luz do aporte teórico da psicologia clínica, assim como promove o diálogo entre a Psicologia e a Segurança Pública, sobre especificamente os resultados do trabalho dos psicólogos na Polícia Civil e a discussão sobre políticas públicas na área. A investigação, de natureza exploratória e delineamento quali-quantitativo, foi realizada com psicólogos que atuam na Polícia Civil do RS. O estudo qualitativo foi realizado por meio de entrevistas com 4 psicólogos. Os dados do estudo quantitativo foram coletados através da aplicação de questionário.

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Na minha trajetória acadêmica na Psicologia, não tive acesso a temas relacionados à segurança pública ou a polícia. Meus primeiros contatos com o tema foi quando iniciei o atendimento psicológico à policiais no DSA. A partir disso, senti a necessidade de entender melhor a atividade policial e cursei a pós-graduação em Segurança Cidadã, tornei-me especialista, mas queria estudar mais especificamente as contribuições possíveis da Psicologia para a Segurança Pública. Inquieta, iniciei o Mestrado em Segurança Cidadã para melhor entender e poder escrever sobre as contribuições da Psicologia para o trabalho policial, principalmente através do trabalho clínico realizado no DSA.

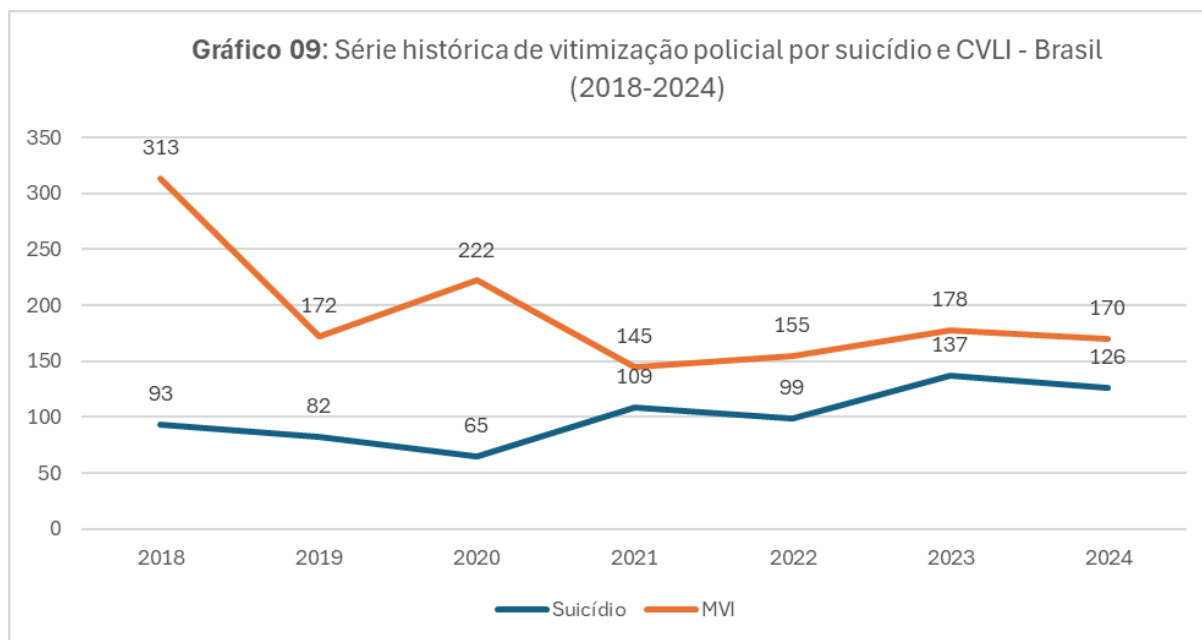
O atendimento psicológico na Polícia Civil existe há mais de 40 anos, dificuldades enfrentadas em justificar a permanência do serviço da Psicologia e investimentos na área persistem até hoje, seja porque as chefias não são da área da saúde, e, provavelmente por essa razão, não entendam as especificidades desse trabalho, seja pela dificuldade de repor psicólogo por meio de concursos públicos. Até hoje os profissionais da Psicologia que compõem o quadro de servidores da DSA são policiais-psicólogos, trabalhando muitas vezes em desvio de função ou são servidores de outros órgãos estaduais. Nunca houve concurso específico para psicólogos na PC, são normalmente aproveitados os policiais que têm formação em Psicologia para atuar no DSA, que também é escasso, porque poucos psicólogos fazem o concurso para Polícia Civil. Além disso, há dificuldade em manter a oferta de psicoterapia aos policiais, por falta de espaço físico adequado, ter um espaço que preserve o silêncio e o sigilo sempre foram processos desafiadores, além de questões básicas como conexão à internet, computadores e fones de ouvido para atendimentos on-line. Por isso, esse trabalho buscou, entre outros objetivos, entender se as práticas realizadas na instituição são suficientes e atendem as demandas que os policiais têm em saúde mental, também avaliou particularidades no atendimento psicológico aos policiais, buscando assim compreender sobre outras possíveis práticas da Psicologia nesta Instituição.

Nas últimas décadas, constata-se uma escalada de conjunto de transtornos mentais relacionados à precarização e a violência contidas nos modos predominantes de gestão e organização do trabalho, gerando adoecimento ao policial e o levando a buscar atendimento psicológico. Este tema se justifica porque, apesar da grande incidência de transtornos mentais em servidores da área de segurança pública, na PC-RS houve o aumento da busca por atendimento psicológico no DSA e a redução de suicídios neste último ano. Dessa forma, considerando a redução dos casos, se torna importante avaliar as práticas desenvolvidas pelo

setor de Psicologia da Instituição., a fim de que, futuramente, possam surgir políticas públicas que objetivem melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos policiais civis e demais servidores da área de segurança pública.

É importante considerar que as políticas públicas a esta categoria profissional estejam devidamente alinhadas no sentido da identificação dos processos de adoecimento dos policiais. Destacamos aqui a questão do suicídio, visto que este é um problema que atinge os profissionais da segurança pública. Trata-se de uma quebra de paradigmas, pois esse esforço demanda seriedade no monitoramento de todos os casos, uma vez que, além dos suicídios, por exemplo, serem mortes evitáveis, têm como padrão a presença de multifatores que condicionaram a consumação do ato. E são exatamente sobre tais fatores que a realidade nos convida a debruçar. Segundo o Anuário de segurança pública de 2025, os dados apresentados sobre a vitimização policial neste ano mostram que de 2023 para 2024 houve uma redução no total das mortes de policiais no Brasil, tanto por confronto em serviço e fora de serviço, quanto por suicídio. A taxa de policiais civis e militares mortos em confronto diminuiu em 4,5%, partindo de 178 casos em 2023 para 170 em 2024. Das mortes por confronto, 72,9% dos casos ocorreram quando o policial estava fora de serviço. A diminuição foi ainda maior na taxa de suicídios, que apresentou uma variação de -8% de 2023 para 2024 - de 137 mortes para 126.

Apesar de ter reduzido, é preciso analisá-las com cuidado. De fato, o número total de policiais mortos por confronto e por suicídio vem diminuindo ao longo dos últimos anos. No entanto, como mostra o gráfico abaixo (figura 2), nota-se que, enquanto há uma tendência de diminuição de mortes violentas intencionais (MVIs) de policiais, a quantidade de suicídios desses profissionais vem aumentando de maneira mais ou menos constante desde 2018, primeiro ano da série histórica analisada. Isso significa que, se por um lado o total de mortes de policiais vem diminuindo ao longo dos últimos anos, possivelmente indicando uma menor exposição à violência letal no exercício de suas funções, por outro, essas mortes são cada vez mais resultantes de suicídio, o que nos leva a questionar de que forma as condições de trabalho desses profissionais têm impactado seu bem-estar e saúde mental.

Figura 1 – Série histórica de vitimização policial por suicídio e CVLI – Brasil (2018-2024)

Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

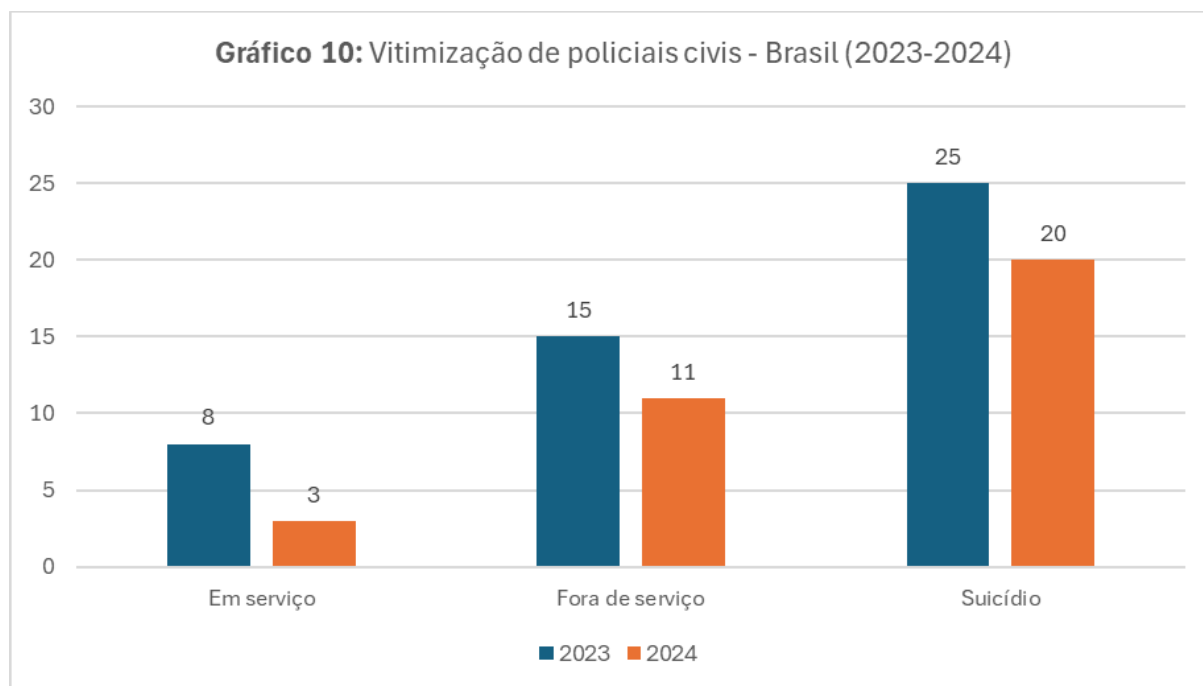
No caso das mortes de policiais por suicídio, o cenário se mostra ainda mais desigual. Considerando que a taxa nacional foi de 0,3 por 1.000 policiais da ativa, seis Unidades da Federação apresentaram índices superiores: Rio Grande do Sul (0,7), Paraná (0,6), Mato Grosso do Sul (0,6), Piauí (0,5), Ceará (0,4) e Distrito Federal (0,4). Por outro lado, Acre, Rondônia e Tocantins informaram não terem registrado suicídios de policiais em 2024.

Também chama atenção a diferença de comportamento entre estados quanto à variação anual das taxas de suicídio. Embora o país tenha registrado uma redução de 8% nos casos de suicídio de policiais, dez estados apresentaram aumentos expressivos nos registros de autoextermínio. Sendo eles: Distrito Federal (400%), Alagoas (200%), Ceará (100%), Paraíba (100%), Paraná (100%), Sergipe (100%), Bahia (66,7%), Santa Catarina (50%), Mato Grosso do Sul (33,3%) e Rio Grande do Sul (33,3%). Por outro lado, as maiores reduções foram observadas no Amazonas (-75%), Pará (-66,7%) e Mato Grosso (-60%). Nesse sentido, nota-se que enquanto a taxa de suicídio do país diminuiu, diversos estados apresentaram um aumento expressivo desse tipo de ocorrência, indicando um cenário não homogêneo do fenômeno, que é influenciado consideravelmente pelos contextos locais. Segundo o Anuário de segurança pública de 2025, é possível dizer que a principal causa de mortes de policiais foi o suicídio, seguida de confronto na folga e, depois, por confronto em serviço.

O gráfico abaixo (figura 2) apresenta os números absolutos de vitimização de policiais civis nos anos de 2023 e 2024, desagregados por contexto da morte: confronto em serviço,

confronto fora de serviço e suicídio. Nota-se que nas três classificações, houve uma diminuição de mortes de 2023 para 2024, sendo que as mortes em confronto ou por lesão não natural ainda são mais prevalentes quando os policiais civis estão de folga. Uma observação importante é que, em 2024, os policiais civis morreram mais por suicídio do que pelas mortes em confronto - 20 suicídios frente a 14 mortes por confronto.

Figura 2 – Vitimização de policiais civis – Brasil (2023-2024)



Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025., 2025.

A Organização Mundial da Saúde (2025) atribui ao estigma e tabu em torno do tema, o fato das pessoas que pensam em tirar a própria vida ou que já tentaram suicídio não buscarem ajuda ou terem dificuldade em fazê-lo. Sem que se discuta abertamente a respeito e que se compreenda que o suicídio é um grave problema de saúde pública, é muito difícil colocar em prática políticas de prevenção e oferecer cuidados adequados para aqueles que precisam. A OMS estima que somente 38 países possuem uma estratégia nacional de prevenção do suicídio. O Brasil possui diretrizes nacionais, instituídas em 2006, por meio de portaria do Ministério da Saúde - Portaria Nº 1.876, de 14 de agosto de 2006, do Ministério da Saúde.

Do ponto de vista metodológico, a consolidação dos dados sobre as queixas dos policiais civis podem balizar levantamentos ao Ministério da Justiça, através da Diretoria do Sinesp, para construir junto às polícias Estaduais uma metodologia padronizada para coleta e

monitoramento destes indicadores, o que permitirá que políticas públicas de cuidado e saúde mental dos profissionais sejam formuladas e implementadas a partir de indicadores precisos.

No Brasil, essa implementação representa um desafio, especialmente em razão da falta de padronização na forma como esses indicadores são sistematizados e da subnotificação, entretanto, eles são necessários para construir novas políticas públicas na segurança.

Na Polícia Civil do RS o número de suicídios manteve-se em 1 caso em 2023 e 2024, neste ano de 2025, não houve nenhum caso até o mês de outubro, em um total em torno de 5500 policiais e cabe registrar aqui que foram atendidos neste mesmo período de 2019 a 2025 no DSA 58 casos de policiais que tiveram uma ou mais tentativa, ou ideação suicida, buscaram ajuda e foram atendidos pelos psicólogos da DSA e não consumaram o ato. Todos atendidos em psicoterapia individual. O que nos leva a compreensão sobre a importância do trabalho realizado na Instituição, assim como nos incentiva na busca por políticas públicas que nos auxiliem no cuidado aos policiais.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo questionou: de que forma o trabalho da Psicologia no DSA pode contribuir para a promoção da saúde aos policiais? Dessa questão central derivaram investigações sobre as práticas de promoção de saúde realizadas pelos psicólogos, junto aos policiais que procuram o DSA, como são exercidas, quais as modificações sugeridas e como estas vêm contribuindo para a promoção do bem-estar desses trabalhadores.

1.4 REVISÃO DE LITERATURA

1.4.1 Psicologia Clínica

No DSA o trabalho principal dos Psicólogos é atender os policiais em psicoterapia, ou seja, os psicólogos atendem os policiais, individualmente, semanalmente, trabalhando as questões que estão trazendo sofrimento aquele indivíduo, o processo caracteriza-se em promover a melhora do paciente, baseado no processo terapêutico, utilizando-se das três principais abordagens psicoterápicas: Psicoterapia Psicanalítica, Terapia Cognitiva Comportamental e Terapia Familiar ou Sistêmica.

A psicoterapia psicanalítica como uma psicoterapia de apoio pode assumir formas distintas, mas uma adequada psicoterapia de apoio de base analítica exige um bom preparo do terapeuta, porquanto ele tem a difícil tarefa de discriminar e localizar a, muitas vezes oculta, “parte sadia e forte” do seu paciente, de reforçar os mecanismos defensivos do ego mais desenvolvidos, de modo a propiciar-lhe condições para confrontar e enfrentar o seu lado “frágil

e doente”, sem necessariamente ter de aprofundar na dinâmica dos conflitos pulsionais inconscientes, segundo Zimermann (1999).

A Terapia Cognitiva Comportamental foi desenvolvida por Aaron Beck na década de 1960 como uma psicoterapia estruturada, de curta duração, voltada para o presente, direcionada para a solução de problemas atuais e a modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais (inadequados ou inúteis), Beck (1964).

O movimento da terapia familiar iniciou nos Estados Unidos na metade do século passado, influenciado pelas ciências sociais. A família passou a ser vista como um sistema vivo em movimento, um todo orgânico, enraizado no seu contexto cultural e social, (Doherty, 1986). O processo terapêutico é visto como um encontro entre culturas interpessoais distintas. Um respeito real pelos clientes e por sua integridade permite que o terapeuta vá além de uma cautela temerosa, encoraja-o a ser direto e autêntico – respeitoso e compassivo –, mas, às vezes, também honesto e desafiador (Nichols, 2007).

Buscando entender o trabalho atual realizado no DSA, pode-se afirmar que são essas as teorias mais usadas pelos psicólogos em atendimento na Clínica e são responsáveis em atender a maioria dos policiais que buscam atendimento. Para Giovanetti (2002), o encontro constitui, com o diálogo, a reciprocidade e o vínculo afetivo, os quatro elementos estruturais da relação terapêutica. Diz o autor que o encontro só será possível se um dos sujeitos da relação perceber, genuinamente, que está diante de outro sujeito e que há estabelecimento de vínculos, gerando, portanto, as condições necessárias para o surgimento da experiência de confiança, o que é construído junto aos pacientes em atendimento.

Levando em consideração que importantes aspectos da cultura policial distanciam o sujeito da Psicologia, ao invés de aproximá-lo. Aspectos relacionados com a infalibilidade, a prontidão, a disciplina e a força se estabelecem como um conjunto de atributos que afastam o sujeito dele mesmo, (Lustosa; Gonçalves, 2017). A atuação da Psicologia, traduzida no acolhimento e na compreensão do policial, volta-se para a identificação de fragmentos inviabilizados nesse contexto cultural, visando ajudar o sujeito a reconciliar-se consigo. Esse movimento da Psicologia se estabelece como desafiante justamente pelas contradições que dele afloram.

Visto que essa pesquisa também visou produzir informações estratégicas voltadas para subsidiar ações dos profissionais e de seus gestores, para adequar a organização às necessidades atuais da segurança pública, persistia a dúvida, ao longo desse trabalho, para esta investigadora: quais são os resultados obtidos com a prática da Psicologia clínica no DSA, diante das demandas apresentadas pelos policiais?

A presente investigação compreendeu que o trabalho atual oferecido pelos Psicólogos no DSA baseia-se nestas teorias no atendimento individual ao policial, realizando a escuta das demandas dos policiais, diante dessa proposta de trabalho proponho discutir sobre os resultados para os policiais e investigar propostas relacionadas à segurança cidadã e políticas públicas que contemplem esse tema.

A Polícia Civil foi uma das primeiras instituições do Brasil, no Rio Grande do Sul foi oficializada através da Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841, como uma estratégia do Estado para manter a ordem e o controle social. Vinculada e subordinada ao Governador do Estado, a instituição integra a política de segurança pública, e tem a atribuição de exercer a atividade de polícia judiciária. O quadro de funcionários é dividido em cargos hierarquicamente distintos, a autoridade policial é representada pelos delegados de polícia, e os demais cargos constituem os agentes que são os Inspectores e Escrivães de Polícia. Os policiais civis são servidores públicos do Estado, que vendem sua força de trabalho e vivenciam as exigências do mundo do trabalho, ainda com mais agravos devido aos riscos que convive diariamente. De acordo com Amador (2000), este sofrimento caracteriza-se pela permanente exigência de manter sob controle todas as suas potencialidades subjetivas devido à organização do trabalho policial.

Dentro da instituição há diferentes funções policiais, há os que atuam no setor de investigação, no cartório, na secretaria de delegacia, no plantão de delegacia, na área administrativa e no setor de saúde. Mas em todas as funções, o policial tem a missão de combater a criminalidade quando for necessário, estando disponível 24 horas por dia e tem a concessão do Estado para usar a força em seu processo de trabalho. Estes trabalhadores vivenciam no seu dia a dia a exigência de realizar tarefas que nem sempre contam com a disponibilidade de recursos tecnológicos, materiais e humanos. “No confronto entre o que lhes é exigido e os meios de que dispõem para realizá-los, esses servidores mobilizam seus próprios recursos emocionais, cognitivos e físicos” (Dejours, 1999).

Conforme as primeiras aproximações com a temática dessa pesquisa, os problemas enfrentados pelos policiais são relatados nos atendimentos psicológicos pela escuta clínica, realizados no DSA e estes sugerem uma reflexão sobre os profissionais da segurança pública, no que tange, especialmente, aos seguintes aspectos:

Ao exercício de suas atividades - a rotina de trabalho destes servidores é marcada por constante pressão e necessidade de manter-se sempre em estado de alerta, além do uso frequente de arma de fogo e do contato constante com a violência, fatores que, dentre outros, geram grandes impactos na qualidade e no estilo de vida do servidor da área de segurança pública, podendo ser desencadeantes de transtornos mentais.

Das más condições de estrutura de trabalho - o serviço policial possui fatores de risco muito específicos tais como insalubridade, perigos ambientais, rotinas administrativas e operacionais manifestadas, por exemplo, na necessidade de encontrar-se em estado de alerta em tempo integral, no constante convívio com a violência e criminalidade e no uso permanente da arma de fogo. Estes fatores ocasionam mudanças de hábitos e contribuem para o adoecimento do servidor (Lima et al., 2015). Somam-se a eles a desvalorização, ou seja, a ausência de gratidão pelo trabalho prestado por estes trabalhadores, uma queixa comum verificada entre outros profissionais, como professores, por exemplo.

Com o avanço da idade e o aumento do tempo de serviço do servidor policial, as questões relacionadas a transtornos mentais tendem a evoluir já que, como refere Wagner et al. (2012), essas são variáveis influentes no desenvolvimento de agravos à saúde mental.

A sobrecarga de trabalho, conforme Minayo et al. (2008), é claramente identificada entre os policiais. A relação entre adoecimento físico, sobrecarga de trabalho e sofrimento psíquico é continuamente demarcada, sendo que, para este último, pelo menos 20% dos policiais civis afirmam apresentar algum sintoma relacionado. Também se percebe um percentual significativo de policiais que informa “dormir mal”, “sentir-se nervoso”, “triste” e “cansado”. Ocorre que, ainda conforme a autora, apesar do grande número de licenças médicas concedidas por motivos de transtornos mentais, muitos policiais ainda encontram dificuldades para obterem tratamento, já que muitas vezes as queixas de sofrimento psíquico são vistas como “intuito de conseguir dispensa do serviço” e, por isso, não é prioridade das corporações voltar atenção a esses problemas.

Ausência no convívio com as suas famílias, esse é outro fator causador de sofrimento, a incompatibilidade entre o horário de trabalho previsto e o que na realidade o policial cumpre. Por fatores como esses, o policial muitas vezes assume uma posição de isolamento, inibição, sentimento de medo, afastamento das suas famílias, agressividade e ansiedade. Como resultado, em estudo realizado no estado do Rio de Janeiro, 17,5% do conjunto de policiais civis relataram o consumo de alguma substância e em 21% verificou-se a presença de sofrimento psíquico (Pinto, 2013).

Falta de reconhecimento e promoções - a maioria dos policiais que buscam tratamento, relataram as pressões e sobrecargas às quais estão submetidos, mas evitam o afastamento, temendo ser mal interpretados por seus superiores e comprometerem, inclusive, sua promoção na carreira.

Endividamento financeiro - muitos policiais revelam estar endividados, a contratação de empréstimos que comprometem mais de 50 % de seu salário, atrasos de salários em governos anteriores, falta de reajuste salarial e o aumento no custo de vida.

Assédio e chefias autoritárias- Seguindo as ideias de Rossi (2013), podemos entender que relações interpessoais conflituosas com colegas e chefias, impossibilidade de crescimento, falta de autonomia e de condições de trabalho são fontes de estresse no trabalho. Bem como burnout, assédio moral e sexual são situações que causam extremo sofrimento e podem afetar drasticamente a saúde do trabalhador. O estudo conduzido por Bezerra, Minayo e Constantino (2013) sobre estresse ocupacional entre mulheres na polícia, revelou que as policiais relacionam o cotidiano do trabalho ao estresse, citam diversos sintomas e mostram como a vida pessoal é afetada. Afirmaram que o estresse tem origem basicamente na questão organizacional e gerencial do trabalho e há discriminação de gênero, assédio moral e sexual, e que isso é percebido como importantes fatores estressantes.

Considerando que a segurança pública é uma das áreas mais arriscadas para o desenvolvimento de problemas de ordem mental e que os profissionais envolvidos nessa área são vítimas constantes de estresse ocupacional e pós-traumático, depressões e ideações suicidas, torna-se de grande relevância o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a essa situação, Minayo (2013).

Os dados acima mencionados, não obstante, apontam para a necessidade de se pensar com seriedade sobre as políticas públicas envolvendo a saúde do trabalhador policial. Essa problemática, em última instância, afeta a sociedade geral.

O fenômeno do adoecimento mental é complexo e motivo de constante discussão quanto à sua etiologia e multifatorialidade. Contudo, diante de dados expressivos ora expostos, urge pensar que a causa do sofrimento manifestado por essa categoria profissional pode não estar apenas na violência das ruas, onde se espera, geralmente, a ocorrência de situações envolvendo perigo. As relações abusivas de poder, assédio, falta de estrutura, ausência de promoções e valorização, são fatores geradores de adoecimento para os policiais, além de questões pessoais relacionadas à família. Nesse caso, há que se pensar em uma atuação clínica ampliada por parte do psicólogo da Polícia Civil de modo a responder à demanda por políticas mais eficazes na prevenção do adoecimento no trabalho. Trata-se de se voltar também para as disfunções presentes na organização do trabalho dos policiais, visando combater essas causas de sofrimento no trabalho, além daquelas já conhecidas.

1.4.2 Cultura policial

Diante destas colocações acerca dos problemas enfrentados pelos policiais e geradoras de sofrimento, percebe-se na fala dos policiais características similares que refletem uma cultura policial perpetuada ao longo das carreiras policiais que podem contribuir para a sua defesa e identificação enquanto grupo, mas também para seu adoecimento psíquico quando normaliza e não busca tratamento.

É importante destacarmos estudos sobre o que se convencionou denominar de cultura policial, que seriam os valores, as normas, as perspectivas e as regras do ofício que direcionam a conduta policial, que não é monolítica, nem universal e nem imutável, segundo Reiner 2004, “existem diferenças de ponto de vista dentro das forças policiais, de acordo com variáveis individuais, tais como personalidade, geração ou trajetória na carreira e variações estruturadas conforme o cargo, a tarefa designada e a especialização. Em lugares e em momentos diferentes, os estilos organizacionais e as culturas das forças policiais variam”. Apesar disso, certas características comuns da perspectiva policial podem ser percebidas nos relatos de muitos estudos em diferentes contextos sociais. A cultura policial se desenvolveu como uma série padronizada de acordos que ajudam os policiais a superar e ajustar-se às pressões e as tensões com que a polícia se confronta. Gerações sucessivas são socializadas nessa cultura e o processo de transmissão é mediado por histórias, mitos e piadas, explorando modelos de boa e má conduta, que por meio de metáforas, permite concepções de natureza prática a serem exploradas à priori (Shearing e Ericson, 1991). A cultura sobrevive devido a sua “afinidade eletiva”, sua adequação psicológica às solicitações impostas por serem policiais.

Skolnick (1966) refere que a “personalidade do trabalho” policial, não é um fenômeno psicológico individual, mas uma cultura socialmente gerada. É a resposta a uma combinação única de facetas do papel da polícia: duas variáveis principais, o perigo e a autoridade, que devem ser interpretadas à luz de uma pressão constante de parecer eficiente”. (Skolnick, 1966, p42 e 44). O autor acrescenta ainda um terceiro elemento ambiental na produção da cultura policial: “a pressão colocada em cada policial individualmente para produzir, para ser mais eficiente do que legal, quando as duas normas estão em conflito”. Os policiais sofrem pressões políticas externas por resultados que podem ser maiores ou menores em períodos diferentes, de acordo com pânico morais particulares ou com tendências em estatísticas de crimes.

Uma característica central da cultura policial, segundo Reiner (2004), é um sentido de missão, é o sentimento que o policiamento não é apenas um trabalho, mas um meio de vida com um propósito útil visto não como um empreendimento político, mas como a preservação de um modo de vida válido e a proteção dos fracos contra os predadores. A missão de policiamento, não é vista como uma coisa irritante, pelo contrário, é divertida, desafiadora,

excitante, um jogo de sabedoria e habilidades. O principal produto em que a polícia é viciada, é a adrenalina. Mas as emoções da luta, caça, a captura, a “síndrome do machismo” (Reiner 2004, p161), apesar de serem momentos especiais, raros de acontecer no trabalho, não são um esporte. Eles podem ser desfrutados, sem inibições e com prazer porque também são vistos como valendo a pena. Aos seus próprios olhos, o policial é um dos caras bons, e é isso que lhe dá licença para agir.

Na perspectiva da polícia essa missão exerce um papel essencial na salvaguarda da ordem social, o mito da indispensabilidade da polícia, de sua missão essencial de ‘servir e proteger’ é de importância fundamental para a visão de mundo da polícia, até mesmo grande parte dos delitos da polícia tem sido atribuída a discutíveis buscas equivocadas de uma ‘causa nobre’, de chegar a fins essenciais, usando meios escusos (Klockars 1980; P. Waddington, 1999, p. 112-114; R Morgan 2000). Apesar disso, os policiais tendem a adquirir uma série de pontos de vista descritos como “cínicos” ou como “pessimismo policial”, ao longo de suas carreiras, desenvolvem um alto grau de cinismo em relação à natureza humana, ao sistema judicial e até mesmo à própria organização policial (Niederhoffer, 1967). Quase sempre eles desenvolvem uma couraça amarga, vendo todas as tendências sociais em termos apocalípticos, com a polícia sendo a minoria sitiada prestes a ser aniquilada pelas forças da barbárie (Reiner, 2004).

Reiner (2004) aponta que muitos policiais veem sua luta com os ‘vilões’ como um desafio divertido, sendo que ganhar é prender, o que dá mais satisfação pessoal que qualquer sentido do serviço público. Mas essa visão cínica, pode muito bem funcionar como escudo de autoproteção para reduzir a ansiedade, que de outra forma poderia surgir quando não conseguem pegar os assaltantes.

A essência da visão da polícia é a mescla sutil e complexa dos temas de missão, amor hedonista por ação e cinismo pessimista que levam a pressão por resultados que pode prejudicar os princípios legalistas do devido processo legal, essa ‘pressão’ por eficiência não deriva principalmente de fatores externos, mas de uma força motivadora básica, interna à cultura policial e se relaciona com outras facetas da cultura policial - suspeição, isolamento-solidariedade, conservadorismo, conforme Skolnick, 1966.

Penso que aspectos da cultura policial refletem também nos atendimentos psicológicos, pois muitos dos policiais buscam por atendimento preferencialmente com psicólogos-policiais, policiais casam com policiais, têm familiares policiais, frequentam os mesmos locais, mesmas academias, seguem a mesma religião, frequentam os mesmos bares, pois segundo alguns autores eles enfatizam a acentuada solidariedade interna dos policiais, ligadas ao isolamento

social, eles têm sido chamados de “uma raça a parte”, segundo Banton (1964), eles têm dificuldade em se misturar com civis na vida social em geral, tais dificuldades se originam dos turnos de trabalho, falta de horário, dificuldades em se desligar das tensões do trabalho, da hostilidade e do medo à polícia que os cidadãos podem mostrar. Têm ainda comportamentos parecidos como sentar em um restaurante de frente para a porta, sair rapidamente do veículo quando está na rua, olhar a sua volta, mesmo quando não está de trabalho, sempre vigil, seria a suspeição, que é o produto da necessidade de manter certa atenção para a sinalização de problemas de potencial perigo e de pistas de crime.

Conforme Skolnick (1966) argumenta, ainda há o conservadorismo, pois as evidências das orientações políticas dos policiais sugerem que tanto politicamente quanto moralmente eles tendem a ser conservadores, em parte isso deve a “natureza do trabalho”, em manter a ordem pública, a polícia tem sido rotineiramente empurrada contra o trabalhismo organizado e contra a esquerda. Além disso, desde o começo a força foi construída com uma organização hierárquica, altamente disciplinada, assim o policial com pontos de vista mais conservadores está mais apto a se encaixar. Seguindo as palavras de uma entrevistada, enquanto psicólogos inseridos na instituição e conhecedores dessa cultura policial, podemos melhor entender as demandas e especificidades desta profissão e ajudá-los a lidar com as adversidades e com o sofrimento.

A “cultura policial” funcionaria como um código informal e tácito de regulação da atuação do policial diante das situações que se apresentam, moldando a maneira como ele se relaciona com os colegas, com a instituição e com o público. Ou, conforme se apresenta, é a “maneira como as coisas são feitas por aqui” (O’neill; Marks; Singh, 2007, p. 2). Nesse contexto, os policiais, principalmente os novatos mostrariam um razoável grau de coesão, compartilhando, não somente experiências práticas com os policiais mais antigos, mas também um conjunto de atitudes, valores em relação ao ofício, aos colegas, à administração e ao público, que vai além no tempo e no espaço, e se constitui em marca de unidade dos departamentos de polícia pelo mundo, à parte das singularidades históricas e culturais de cada período e local.

Segundo o sociólogo francês, Monjardet, a cultura policial funcionaria como a “variável imprevista” de que o pesquisador lança mão para explicar condutas que fogem da lógica organizacional, justamente porque dos policiais, ao contrário de outras profissões, cujos mandatos e prescrições são bem definidos, não se espera que realizem seu trabalho sem que levem em conta um sistema de valores compartilhados intragrupo (Monjardet, 2003, p. 162-163).

Estudos sobre segurança pública também contribuem para o entendimento de que fatores contextuais podem incidir nos adoecimentos. São muitas as críticas ao modelo policial e à arquitetura institucional da segurança pública, como podemos construir políticas públicas para dar conta das especificidades dos policiais vividas ao longo dos anos e com características tão próprias.

1.4.3 Políticas Públicas de Segurança Pública

Essas características tão específicas da cultura policial, como as descritas anteriormente, também apareciam nas disciplinas cursadas na Acadepol. Lembro que disciplinas voltadas a Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis, Comportamento humano e Polícia Comunitária não eram de interesse da grande maioria e ainda eram motivo de deboches e piadas, polícia cidadã era sinônimo de assistência social para os alunos que não haviam nem sido nomeados policiais e já tinham preconceitos.

Desde o início do século XXI, partimos da concepção sobre o ofício de policial como um agente voltado para a segurança do Estado e a proteção da sociedade. De acordo com diversos estudos, voltados para a segurança cidadã, a função do Estado é servir à sociedade, devemos, por meio da educação, fazer com que o policial reconheça que o Estado é um meio e não um fim: o policial deve ser um profissional que trabalha em favor da sociedade, garantindo a segurança do cidadão. Tavares (2009)

No campo da segurança pública, o país precisa construir uma política pública capaz de criar estratégias eficazes e garantidoras de direitos que deem respostas às principais dificuldades do tema, oferecendo serviços públicos de qualidade e uma poderosa política pública de segurança cidadã.

A experiência democrática brasileira, a partir da Constituição de 1988, trouxe avanços e experimentos na área de segurança pública. Princípios dos direitos humanos e da cidadania tornaram-se presentes nas narrativas políticas e na construção das políticas públicas, no entanto, sobre as iniciativas inovadoras na área, os dados apontam uma baixa capacidade de ampliação e efetivação dos direitos humanos para os cidadãos brasileiros, bem como a ausência de soluções de segurança pública capazes de reduzir as dinâmicas de violência no país, segundo a Agenda de Segurança Cidadã.

Desde 1988, apesar de experiências inovadoras, a segurança pública esteve, em geral, reduzida a uma abordagem legal e normativa, com a abertura de propostas legislativas de intensificação de penas, anuladora de direitos e com ampliação do aparato estatal de repressão, que tem produzido práticas policiais, judiciárias e penais ineficientes e autoritárias. Essa

perspectiva não está no mesmo caminho das demandas sociais por reconhecimento, afirmação e consolidação de direitos individuais, coletivos e difusos e por mecanismos de controle e participação social.

A comoção nacional diante das tragédias da Chacina da Candelária (1993), Chacina de Vigário Geral (1993), Chacina de Eldorado dos Carajás (1996), Massacre do Carandiru (1992), Sequestro do Ônibus 174 (2000) e Caso Favela Naval (1997) produziu uma forte demanda de diversos segmentos sociais por respostas de segurança pública ao Estado brasileiro para solucionar a violência no país, segundo a Agenda de Segurança cidadã.

Nesse período, houve um expressivo movimento governamental em torno das políticas públicas de segurança, tendo sido promulgados vários programas que se sucederam durante os mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), destacam-se as iniciativas presentes no I Programa Nacional de Direitos Humanos (1995-1996) e, no segundo mandato (1999-2002), o II Programa Nacional de Direitos Humanos (2002) e o I Plano Nacional de Segurança Pública (2000).

No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi implementado o novo Plano Nacional de Segurança Pública, denominado Projeto Segurança Pública para o Brasil, tendo como referência o Sistema Unificado de Segurança Pública (Susp) e, no segundo governo (2007-2010), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Embora as experiências e mudanças conceituais tenham produzido efeitos no campo da segurança pública, todas foram impossibilitadas e ineficientes por questões estruturais e conjunturais. É urgente ultrapassar as dificuldades subjacentes ao conceito de segurança pública, que tem levado a diagnósticos e soluções equivocadas, e assumir, em definitivo, um novo paradigma de segurança, expresso por meio de uma governança fundada na sociedade civil e na construção social da cidadania.

Nesse sentido, o paradigma da segurança cidadã apresenta uma perspectiva sistêmica, “expressa na interação permanente dos diversos órgãos públicos interessados e entre eles e a sociedade civil organizada, a fim de garantir o exercício pleno da cidadania nos limites da lei”. Trata-se de uma mudança na qual as forças policiais e os órgãos de natureza não policial surgem

como “serviços de segurança pública”, com o objetivo de “buscar estabelecer, aperfeiçoar e manter, conjunta e permanentemente, um sentimento coletivo de segurança” (MJ-Senasp, 2011). O desenvolvimento da noção de segurança cidadã, na perspectiva da mundialização, supõe a construção de um controle social, formal e informal, não violento e transcultural, preocupado com as práticas emancipatórias dos grupos e conjuntos dos cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas. Trata-se de um conjunto sintético de diretrizes fundamentais para uma agenda de transformação na área de segurança pública, sob uma perspectiva democrática de garantia dos direitos fundamentais aos cidadãos e cidadãs brasileiros.

As políticas públicas de saúde e segurança pública estão intrinsecamente ligadas e se complementam em diversas frentes, tanto na prevenção da violência e criminalidade quanto no cuidado de profissionais e da população em geral.

Desde a década de 1980, o tema da segurança tem ocupado uma efetiva centralidade na agenda pública brasileira. A Constituição de 1988 organizou as demandas sociais do período e, somada aos já crescentes índices de violência no país, colocou de vez a segurança pública como uma preocupação presente nas esferas municipais, estaduais e federais. Contudo, ao contrário das instituições que na transição democrática se transformaram e se aperfeiçoaram, as polícias, principal referência das políticas de segurança, não foram objeto de reformas essenciais que rompem com os legados institucionais e a cultura prévia. Pode-se dizer que a polícia, como instituição pública, não foi adequada pela Constituição ao novo momento democrático (Soares, 2003).

Antes de lançar luzes sobre o período mais atual das políticas públicas de segurança no Brasil, podemos tomar como base três fases ou paradigmas que caracterizaram o Estado brasileiro, na visão das políticas de segurança pública: o paradigma da segurança nacional, vigente no período da ditadura militar; o paradigma da segurança pública a partir da Constituição Federal de 1988; e o paradigma da segurança cidadã, que tem início por volta do ano 2000 (Freire, 2009).

Se ao longo da história brasileira as políticas de segurança pública eram vistas como políticas de repressão, calcadas na atuação de órgãos de controle e busca da diminuição da criminalidade, a partir do ano 2000 abriu-se espaço para uma tendência em se conceber a

política de segurança como cidadã, tendo como foco não mais a exclusiva repressão da violência, mas sim a prevenção e a promoção de convivência social segura e pacífica, com respeito aos direitos humanos, Madeira (2015).

Vários planos e programas de segurança pública foram desenvolvidos e apresentados pela união a partir do período de redemocratização brasileira como por exemplo o PRONASCI.

Programa Nacional de Segurança com Cidadania de 2007. O PRONASCI, como se tornou conhecido, não é propriamente um plano, mas pode ser considerado um amadurecimento e a colocação em prática das sugestões dos planos que o antecederam. Nasceu em forma de Medida Provisória, porém, logo se transformou na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que instituiu o PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e ampla participação das comunidades, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública. Embora o PRONASCI tenha representado um avanço e ter se mostrado como uma boa e viável política pública na área da segurança, as limitações orçamentárias e as altas taxas de criminalidade causaram problemas na implementação e manutenção de suas práticas.

Uma política pública de segurança cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a diversidade de suas manifestações. Uma intervenção baseada no conceito de segurança cidadã tem necessariamente de envolver as várias instituições públicas e a sociedade civil, na implementação de ações planejadas a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, dentre outras (Freire, 2009).

Uma destacada política pública que repercutiu no ensino das academias de polícia na busca por uma segurança cidadã foi a elaboração da Matriz Curricular Nacional (MCN) pela Senasp. Apresentada em 2003, num amplo seminário nacional sobre segurança pública, sofreu sua primeira revisão em 2005. Com a função da MCN em demarcar as ações para a formação dos policiais brasileiros, em todos os níveis de ingresso, está diretamente ligada ao objetivo geral a que tal documento se propõe, qual seja: “favorecer a compreensão do exercício da

atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei e repúdio a qualquer forma de intolerância” (Brasil, 2014, p. 40).

Poncioni (2007; 2013) destacou, em seus estudos acerca do tema “formação em segurança pública”, que a MCN elevou o ensino policial e sua formação profissional à agenda governamental, com o status de uma política pública, considerando-se o lugar privilegiado na escolha de alternativas e propostas para a problemática que envolve o desempenho de policiais para a efetivação de uma segurança cidadã no país.

O governo federal, por meio do Ministério da Justiça, iniciou, em 2003, uma nova etapa na história da segurança pública brasileira. Tendo como foco principal de ação a implantação do Susp, a Senasp consolidou-se como o órgão central no planejamento e na execução das ações de segurança pública em todo o Brasil. Com a implantação da Matriz Curricular Nacional (MCN), passou-se a padronizar os processos de capacitação dos profissionais de segurança pública em todos os estados brasileiros, tendo como um dos principais eixos a valorização dos direitos humanos e a promoção da cidadania. De forma sistêmica, a Rede Nacional de Educação a Distância passou a garantir um processo de formação contínua para todos os profissionais de segurança pública.

Estudos de Detoni (2014) apontam que havia deficiências no modelo de formação policial pré-Constituição, pois era centrado no “adestramento e força”, atenuando a ênfase em conhecimentos científicos que objetivam melhorar o trato com a sociedade. Sobre a formação policial pós-Constituição o autor escreve que: Há alguns avanços, mas as marcas de uma formação centrada na força, no adestramento e na repressão. [...] havendo pouco espaço para uma formação mais ampla e aprofundada sobre a especificidade da profissão policial, o contexto de ação, a complexidade social, as exigências psicológicas e éticas para o exercício adequado diante das demandas da sociedade. (Detoni, 2014, p. 57). Este mesmo argumento já havia sido defendido por Tavares dos Santos (2009), que destacou a natureza humanística da profissão do operador de segurança, visto que trabalha com pessoas normalmente nos momentos em que estão sendo vítimas de crime ou violência, destacando que “o trabalho

policial se realiza sempre na margem da vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso” (Tavares dos Santos, 2009, p. 78).

Trata-se de um longo caminho a percorrer, romper padrões de comportamento, mudar formas de pensar e agir, necessitará de políticas públicas para educar os policiais, direcionadas ao entendimento que há outras formas de atuar sem ser repressivo e que poderá trabalhar com prevenção e com a promoção de convivência social segura e pacífica, com respeito aos direitos humanos. Creio que essa mudança, também refletirá pelo lugar que o trabalho ocupa na vida contemporânea, atravessando a estrutura socioeconômica, cultural e ética da sociedade ocidental. Consequentemente, marcando a subjetividade de todos, balizando modos de ser e estar no mundo.

Determinadas ocupações profissionais marcam, de modo especial, os processos de subjetivação dos seus trabalhadores - é o caso da atuação na Polícia Civil. Como afirma Minayo (2003, p.164): “[...] certos processos identificatórios produzidos pelo trabalho de determinadas categorias profissionais são tão marcantes que constituem ‘um modo de ser’, que se expressa num ethos próprio”. Diante disso, penso que não é possível fazer ou pensar políticas públicas de segurança, sem discutir os dispositivos de subjetivação, implicados no cotidiano de trabalho dos policiais. Esses profissionais são os operadores dessas políticas, onde a vida acontece no real do trabalho.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral:

Compreender o trabalho dos psicólogos, voltado aos policiais atendidos no Departamento de Saúde da Polícia Civil do Estado do RS.

1.5.2 Objetivos específicos:

- 1) Caracterizar os serviços oferecidos pela Psicologia no Departamento de Saúde da Polícia Civil-RS;
- 2) Produzir revisão de Literatura sobre as práticas da Psicologia e o atendimento específico à policiais, assim como contribuições do campo da sociologia das conflitualidades, voltada à segurança cidadã;

3) Identificar a influência da cultura policial no trabalho dos Psicólogos no Departamento de Saúde, no que diz respeito à prevenção do adoecimento psíquico dos policiais.

1.6 HIPÓTESE

No atendimento em psicologia clínica, voltado aos policiais, é possível identificar que a denominada “cultura policial” contribui para a reprodução, nas relações de trabalho, de um modelo conservador e hierárquico na PC, gerando sofrimento no policial.

1.7 METODOLOGIA DE PESQUISA

1.7.1 Desenho da pesquisa

A pesquisa se desenvolveu a partir do método qualitativo, conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (Minayo p. 22-23)

1.7.2 Alcance da pesquisa

De alcance exploratório, as pesquisas têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento e se classifica também em descritiva, pois busca descrever características de determinado fenômeno (Gil, 2008), no caso deste estudo, referente à “cultura policial” na PC-RS e suas hipóteses sobre o adoecimento dos servidores.

1.7.3 Estratégia de coleta de dados

A coleta de dados caracteriza-se como primária, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (anexo xx) a quatro psicólogos, presenciais, sem uso de gravador, na Divisão Psicossocial do Departamento de Saúde, no Bairro Santana, Porto Alegre, RS, com duração em torno de 30 a 50 minutos, sendo a primeira entrevista realizada em fevereiro de 2024. Para Minayo a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada. (Minayo 2009).

1.7.4 Fontes de dados, participantes

Fontes bibliográficas fizeram parte da presente pesquisa e as entrevistas realizadas aos psicólogos que trabalham no Departamento de Saúde da Polícia Civil.

1.7.5 Estratégia de amostragem

Para a delimitação do público-alvo participante foi utilizado um critério meramente relacionado à disponibilidade do Psicólogo que trabalha no DSA. Na primeira etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas com quatro psicólogos: sendo 3 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, idades entre 34 e 50 anos, formados entre 10 e 25 anos, trabalham no DSA de 2 a 10 anos, 50 por cento dos psicólogos entrevistados são também polícias.

1.7.6 Procedimentos éticos

Foram respeitados os cuidados éticos adotados em pesquisa com seres humanos, seguindo os termos da resolução nº 510/2016 do CEP/CONEP, foi solicitado a autorização dos participantes, assim como a ciência e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). A execução da proposta é de inteira responsabilidade desta pesquisadora, ficando isento integralmente os sujeitos da informação, assim como a coordenação do PPGSEG, a direção do IFCH, a própria UFRGS (Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul), de qualquer equívoco ou falha que possa ocorrer no plano metodológico e) ou operativo desta pesquisa. Os sujeitos da pesquisa não foram identificados por seus nomes reais e os dados pessoais coletados passíveis de identificação dos elementos da amostra estudada não serão, em nenhuma circunstância, publicados.

1.7.7 Estratégia de análise de dados

Os dados coletados nas entrevistas aos psicólogos foram relacionados com as pesquisas bibliográficas realizadas para discussão dos temas propostos.

1.8 RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas individuais com os psicólogos possibilitaram eleger diversas temáticas relacionadas ao trabalho da Psicologia na Polícia Civil, meus anseios e curiosidade sobre o tema nortearam a elaboração das perguntas aos psicólogos sobre as suas percepções nos atendimentos aos policiais que englobam as seguintes categorias: O trabalho da Psicologia na PC-RS, a existência de uma cultura policial e alternativas de políticas públicas para os policiais a partir de uma referência à segurança cidadã. A partir disso, pretendo demonstrar a inter-relação das categorias e a discussão dos conteúdos.

1.8.1. O trabalho da Psicologia na Polícia Civil

Desde que iniciei os atendimentos, fui me aproximando das queixas e das diferentes histórias dos policiais e fui entendendo que eles apresentam demandas similares aos pacientes não policiais, mas com características muito particulares que têm relação principalmente com a sua atividade e com a cultura policial. Um dado bem importante é que a procura por atendimento psicológico se dá, na grande maioria, de forma espontânea pelo próprio policial, fato que pode nos dar indícios de confiança no trabalho do DSA. A resistência inicial dos policiais em procurar ajuda psicológica, foi diminuindo ao longo dos anos, atribuo ao trabalho consolidado do DSA, a discricção na busca por meio virtual, a possibilidade de atendimento online e ao serviço gratuito de qualidade.

Conforme estudo realizado na DSA, foi verificado que dos servidores que buscaram atendimento no período de 2015 a 2020 (n=543), 504 policiais (92,8%) buscaram o serviço de forma espontânea, enquanto somente 7,18% (n=39) policiais foram encaminhados por suas chefias, o que para autora apontou como um processo gradativo de redução do estigma em torno do tratamento em saúde mental, relacionada a popularização dos serviços oferecidos na instituição há mais de três décadas. Bassani (2023).

O principal trabalho da Psicologia na Polícia Civil se dá pelos atendimentos realizados por uma “clínica de consultório”, com ênfase em problemáticas singulares. Desse modo, o profissional deve buscar, por meio de suas práticas, promover a saúde mental dos trabalhadores, desenvolvendo atividades que minimizem o sofrimento e promovam o seu bem-estar:

A entrevistada 1 pensa que o trabalho no DSA trata-se de um trabalho emergencial, que é um local que dá suporte para os policiais em sofrimento. Acredita que é mais difícil policiais buscarem atendimento fora da polícia; por isso, é importante estimular a manter o serviço dentro da pc. Diz que não vê preconceito da maioria dos pacientes em buscar atendimento, inclusive eles indicam aos colegas. Acreditam que isso se dá por mudanças que aconteceram em relação à melhora nas aulas na Acadepol (currículo e professores) e que o serviço de qualidade gratuito também é benéfico ao servidor policial”.

Conforme a entrevistada 1, embora ela acredite que tenha bons resultados atendendo o paciente de forma individual, percebe a melhora do paciente em relação às suas queixas trazidas, entende a necessidade de padronização do serviço para um melhor resultado entre os psicólogos, propondo reuniões mais frequentes e supervisão em grupo, pois falta rede de apoio, projetos, incentivo e investimento:

No DSA não há uma uniformização do atendimento aos policiais, cada psicólogo é responsável por executar as técnicas que estudaram e utilizá-las com seus pacientes, são vários consultórios particulares dentro do departamento. (Entrevistada 1)

Pensa que há diferentes linhas de trabalho a serem utilizadas com este público, mas o que acredita é na firmeza e construção de vínculo, independente da linha teórica. Os policiais são desconfiados pela natureza da sua profissão, portanto têm dificuldade de construir vínculos sólidos e o que ajuda bastante é o psicólogo estar disponível para

atender, inclusive fora do horário de expediente, o que acontece pelos profissionais da DSA. (Entrevistada 4)

Os psicólogos do DSA trabalham também com regime de sobreaviso para atender demandas fora do horário de trabalho, como, por exemplo, atendendo situações de servidores policiais com ideação ou risco de suicídio.

A entrevistada 1 sugere a formalização dos procedimentos a serem realizados para possibilitar ampliação de uma rede de serviços ao policial, principalmente aos policiais do interior que dependem dos serviços de Porto Alegre.

Outro fator mencionado sobre os atendimentos em terapia, refere que o aumento dos atendimentos no DSA pós-pandemia se deram, pois viabilizaram os atendimentos online aos policiais do interior.

Atender de forma online, viabilizou mais atendimentos, mas a estrutura de atendimento ainda é precária, falta boa internet, silêncio e isolamento acústico no local, além de reposição de psicólogos.

Deixamos de atender os dependentes e os policiais aposentados nos últimos anos, devido a alta demanda, reflexo da não reposição de profissionais e da característica dos candidatos dos últimos concursos com pouco interesse na profissão, são concurseiros, que muitas vezes não se adaptam ao serviço policial e buscam ajuda no DSA, aumentando também a demanda” (entrevistado 2).

Com a demanda aumentada após a pandemia de covid 2020, gerada principalmente com a possibilidade de atender os policiais do interior de forma online e a redução do quadro de psicólogos, foi necessário repensar o serviço e limitar os atendimentos em tempo e em população atendida.

Os psicólogos criaram um contrato que estabelece diretrizes do atendimento individual, limitando número de sessões e caracterizando o trabalho como psicoterapia breve e encerraram o atendimento aos dependentes de policiais e aos policiais aposentados, pois já foi possível atender os dependentes e atualmente não se consegue pela alta procura e pelo fato de que alguns colegas psicólogos se aposentarem e não houve reposição.

A entrevistada 1 diz que:

Desde que chegou a DSA já saíram quatro psicólogos e não foram repostos, pensa que falta um posicionamento do DSA frente à chefia, ainda mais que os diretores são delegados de polícia sem formação em saúde, sem qualificação técnica, às vezes são colocadas no cargo por indicação de outro delegado e que a qualquer oportunidade, são transferidos do cargo, com isso sobrecarrega o coordenador as coisas acabam sendo improvisadas, na maioria das vezes, não conseguindo fazer algo em prol da instituição e dos policiais.

É importante que as chefias do Departamento tenham conhecimento ou formação na área da saúde, assim como os policiais trazem as dificuldades em relação às chefias, isso também aparece para os psicólogos, a falta de conhecimento técnico em um serviço técnico. O psicólogo atuando dentro da Instituição precisa manter a neutralidade, o sigilo, mas perpassa por ele as mesmas questões institucionais, perceptíveis nas falas dos atendimentos aos policiais (falta de estrutura, de investimento, assédio, desrespeito, desvalorização).

A visão que as chefias têm da Psicologia na PC é que os psicólogos quando não são acionados em urgências, fazem pouco trabalho, mas quando “aperta” para as chefias e não conseguem lidar, recorrem ao DSA e eles têm a expectativa de que vai acontecer “algo mágico”, que vai resolver o problema. Diz que não vê uma preocupação genuína em busca por tratamento e ajuda ao policial, querem resolver o seu problema. Não entendem que a Psicologia é um processo diferente, que tem tempo, vínculo, entendimento, adesão e comprometimento envolvido com aquele ser humano. (Entrevistado 2)

Os principais desafios da Psicologia na PC são como lidar com a influência política, acordos não transparentes, regras não cumpridas e o desamparo. (Entrevistada 4).

Diante dessas dificuldades em manter o serviço da Psicologia, ainda há o fato de que policiais poderão ser atendidos por psicólogos policiais, conforme o relato dos entrevistados, isso pode ser positivo, ou não, há algumas considerações.

O psicólogo-policial na Instituição precisa ter ‘jogo de cintura’, pois normalmente entende melhor o trabalho policial porque já esteve do outro lado, tem mais flexibilidade aos temas propostos e também ajuda a entender como funciona o sistema, paranoia da profissão e a hierarquia dentro da instituição. (Entrevistada 3).

O entrevistado 2 como vantagem de o psicólogo-policial conhecer o público policial, a função policial e a Instituição e a desvantagem são os atravessamentos de algumas chefias, questionando o sofrimento, o afastamento e inclusive diagnóstico do paciente. (Entrevistada 2).

Implicações do atendimento por psicólogo que é policial é o fato de que ele poderá deixar de ser psicólogo e ter de ir trabalhar como policial com alguém que foi seu paciente e não há um cuidado por parte da instituição com isso, pois não há chefias da área. E o positivo é que este profissional, sabendo da cultura policial, terá mais proximidade e possibilidade de vínculos maior pela identificação. (Entrevistada 4).

Pensa que a demanda de atendimentos aumentou por haver uma cultura de fazer terapia. Muitas pessoas realmente adoeceram na pandemia e na polícia viram a possibilidade de fazer terapia de graça e online, viabilizou o acesso e esta cultura de que fazer terapia está na moda. (entrevistada 4)

1.8.2 A existência de uma cultura policial

O trabalho policial se caracteriza por uma realidade controversa e pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cujo doloroso desafio é conter a violência, sem a reproduzir ou ser vítima dela. Encarando o trabalho policial desta perspectiva e, considerando ainda que seu cotidiano é marcado por tensão e perigos sempre presentes, verifica-se porque

esta categoria profissional é bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico (Spode e Merlo, 2006).

Os policiais trazem queixas reais de sofrimento em que o psicólogo poderá ajudar a fortalecê-lo para enfrentar ou suportar até conseguir dar fim ou amenizar este sofrimento. No entanto, o psicólogo está dentro da instituição e muitas vezes não consegue agir para melhorar estas questões por todo um atravessamento político e gestão sem visão de saúde institucional”. (Entrevista da 1)

Diz que não é só com policial, mas entender a rotina diferente pode ajudar (mandado de busca, preso, troca de tiro, violência). Eles se tomam “casca grossa” por viver uma realidade diferente. Entender esse endurecimento e estresse diário do policial, assim como pacientes acometidos de Burnout, entender as escalas de plantão e como pode ser difícil para os policiais ouvir queixas e relatos de crimes durante todo o dia, inclusive à noite, além de estar muito próximo da violência é fundamental para o psicólogo que trabalha na PC. (Entrevistado 2)

O policial é visto ora herói, ora vilão, trata-se de um mundo à parte. Questões vividas em uma linha tênue entre abuso e abordagem técnica policial, além de viver uma pressão institucional, da sociedade e da sua vida em risco, além de questões legais, sem nenhum apoio jurídico garantido. Os policiais têm demandas mais específicas devido a particularidades da profissão. Paranóico e ansioso são a maioria dos policiais! (Entrevistado 2)

Entende que o motivo principal de procura dos policiais pela DSA se dá também quando a instituição vira as costas para ele e ele vem para DSA tentando se agarrar na última possibilidade, o tronco quando está afundando”. (Entrevista da 4)

Atender policiais é muito diferente. Há uma cultura policial; No meio policial, eles fazem uma espécie de socialização com os semelhantes, pois percebe que policiais andam com policiais, moram próximos, namoram e casam também com policiais. E as demandas que aparecem são de policiais com problemas com dependência química, corrupção, diagnóstico de depressão, ideação suicida, conflitos extraconjugais, trabalho longe de casa e longa jornada de trabalho. (Entrevista da 4)

Azevedo (2016), cita que na polícia civil, ainda que não haja a militarização, a divisão de carreiras também é bem nítida. Existe a carreira dos policiais que atuam como investigadores, inspetores, comissários e escrivães, cujo nível de formação exigido desde 2001 é de ensino superior. E existe a carreira de delegado, para a qual se exige o bacharelado em direito. Da mesma forma que na polícia militar, essa divisão de carreiras impede que um investigador, por mais qualificado que seja, ascenda a posição de delegado. Essas divisões bem demarcadas de carreira se evidenciam nos cursos de formação policial. A estrutura e os locais de formação para praças e oficiais e para agentes e delegados da polícia civil são muito distintas.

Estudos como o de Caruso (2004) e Nascimento (2008) se dedicaram a apontar essas diferenças no que se refere ao tempo, qualidade e conteúdo desses cursos de formação. Em geral, os estudos apontam que muitas vezes os cursos de formação exercem um papel mais formal do que efetivo para a orientação das práticas policiais, cuja atividade profissional em si é aprendida no dia a dia do trabalho e no contato com os policiais mais experientes.

A grande maioria de policiais que buscam o atendimento conforme pesquisa realizada no DSA entre os anos 2015 e 2020, são as mulheres, proporcionalmente, com idades na faixa dos 21 aos 30 anos, Bassani (2023). E esse dado pode relacionar-se a uma maior aceitação da possibilidade de auxílio como característica do gênero feminino, como ao acúmulo de papéis exercidos pelas mulheres e pela sua atividade numa instituição historicamente machista, como apontado no item “cultura policial” (Bretas, 1997; Monjardet, 2003). Acredito que se trata de um dado significativo que requer uma investigação mais apurada, podendo justificar políticas públicas voltadas à mulher policial, entretanto, como foi afirmado pelos informantes, houve um aumento significativo de homens procurando e sendo atendidos no DSA nos últimos anos.

A grande dificuldade de atender policiais tem a ver com as questões relacionadas à instituição, temas difíceis como paciente se sentindo perseguido, ameaçado, pressionado e humilhado, questões de assédio, difíceis de provar e de ter soluções. As demandas se assemelham a pacientes não policiais, depende das demandas, queixas de relacionamento conjugal, são as principais. (Entrevistada 1)

Quanto aos atendimentos de policiais em estágio probatório, entende que eles entram, mas querem outro concurso, com uma ideia de temporário. Diz que não há mais “policial raiz” que desejava ser polícia e se identificava com a atividade policial, os novos querem segurança, estabilidade e plano de carreira, muitas pessoas são de outros Estados e estão no RS sem rede de apoio, sem família, o que gera grande sofrimento na maioria dos casos, principalmente nas mulheres. (Entrevistada 3)

As queixas nos atendimentos são mais de demandas de relacionamento pessoal, problemas institucionais, (assédio, cobrança do qualificar e produtividade) e diagnósticos de depressão, ansiedade e transtorno de humor (bipolaridade). (Entrevistada 1)

As queixas relacionadas ao trabalho e principalmente a instituição refere-se ao assédio dentro da instituição, dificuldades em remoção, chefias e hierarquia e o poder que intervém no sobreaviso e nas promoções. (Entrevistado 2)

A grande dificuldade de atender policiais tem a ver com as questões relacionadas à instituição. (Entrevistada 1).

A entrevistada 1 e 3 dizem também que:

Não vê a Instituição trabalhando em prol da saúde do servidor, não tem olhar para o policial, aparecem nos atendimentos, relatos sobre questões políticas entre as gestões, favorecendo alguns e desvalorizando outros nas formas de assédio e humilhação, cobrança de produtividade em função do qualificar, sistema que mede a produção das delegacias, além de não dar suporte ao policial. “Tapa buraco”.

Os pacientes trazem demandas institucionais com a ideia de que nós, psicólogos, teríamos que resolver por fazermos parte do sistema (remoções, assédio, problemas institucionais), como se tivéssemos poder sobre isso, mas não temos, realizamos a escuta e ajudamos a aliviar o sofrimento. (Entrevistada 3)

A entrevistada 4 diz que

Atende policiais em estágio probatório e são relatados nos grupos que realiza situações de assédio e bullying, os novos policiais entram para a polícia e já há uma

cultura que os antigos entendem ser “normal”, policial mais novo obedece ao mais antigo, mas para quem entra não pensa igual e então vão entendendo que ir contra, não traz resultado, mas acabam não se encaixando naqueles modelos já estabelecidos, e se não se familiarizar com a cultura policial, fica excluído.

Entende que o serviço é essencial, pois não existe nenhum grupo que se suicide no RS mais que os policiais. E a morte dos policiais acontece normalmente em períodos de folga. Atualmente por estar dentro da polícia, entende da importância do trabalho do psicólogo dentro da polícia, entende como favorável essa proximidade e entendimento desta cultura policial, assim como políticas de prevenção ao suicídio. (Entrevistada 4)

Diante da intensificação da violência social, no decorrer dos últimos anos, seria compreensível pensar que, quando um policial sofre mentalmente, a causa mais provável seria o desgaste por esse enfrentamento e exposição contínua aos estressores ambientais. Mas isso não explica, por exemplo, o motivo pelo qual nem todos adoecem no seu trabalho, mesmo estando submetidos a essas condições. Embora pesquisas tenham demonstrado a susceptibilidade dessa categoria profissional ao uso de álcool e aos atos de autoexterminio (Nogueira e Gischewski, 2015; Miranda, 2016), o entendimento dos aspectos que contribuem para o adoecimento mental ultrapassa a mera linearidade causa/ consequência e envolve o que Le Guillant (2006) chamava de “biografia total”, que inclui aspectos biológicos, sociais, materiais e a própria história de vida de cada um, na tentativa de elucidação do fenômeno do sofrimento no trabalho.

Mendes (2007), a partir da perspectiva de Dejours (1992), explica que as regras de trabalho construídas pelos trabalhadores e que não estão de acordo com a organização formal do trabalho, como exemplo da cultura policial, são geradas para vencer as dificuldades e obter o resultado esperado, de forma mais eficiente e segura. Este processo criativo é designado inteligência astuciosa. Trata-se de uma inteligência do corpo, transgressiva, que corresponde não só a uma forma de atenuar o sofrimento, mas também de atingir prazer.

1.8.3 Políticas públicas e segurança cidadã

Diante dos crescentes agravos que afetam as condições de vida e saúde dos trabalhadores policiais na segurança pública, se encontram diferentes profissionais, entre eles os psicólogos, que necessitam rever cotidianamente suas formas de atuação diante as demandas que emergem. Os policiais também devem rever se esses modelos de policiamentos acreditados e perpetuados por uma cultura policial não o adoecem ainda mais. Penso que é uma interessante discussão, pois é possível verificar nos atendimentos psicológicos essa cultura predominante que muitas vezes sobrecarrega o policial, pois não podem esmorecer, falhar e muito menos fracassar.

Conforme Pimenta (2016), a passagem de um paradigma de policiamento tradicional para um de caráter comunitário para uma segurança cidadã implica o reconhecimento de que a segurança pública não é um tema só para as polícias, mas para toda a sociedade e de que o fazer policial não se limita ao policiamento ostensivo, prisões e apreensões. É necessário incorporar no fazer policial práticas que o aproximem das pessoas, que o habilitem para mediação e soluções em situações de crise e conflito que não se limitem às práticas tradicionais. Para a autora, pensar em policiamento comunitário impõe a necessidade de repensar das práticas e da cultura policial e mesmo da própria atuação da sociedade nas ações voltadas para a segurança pública.

A autora Paula Poncioni defende que se deve levar em consideração esta “cultura policial” fruto de um processo sócio-histórico dinâmico, de uma representação simbólica que carrega forte resistência no processo de mudança na formação profissional do policial e que não basta apenas tentar buscar a mudança do ensino policial e não investir na mudança da cultura policial que é repassada às gerações dentro das academias de polícia

Também concorre para mudar a mentalidade policial o fato de ser a própria instituição que habilita ao candidato o ingresso à carreira. Portanto, quem estabelece as metas da formação dos policiais é Academia de Polícia, ou seja a própria instituição. Trocando em miúdos, policiais antigos instruem novos policiais e, sempre dentro da norma vigente. Não há dúvida que isso ajuda a transferir aos novos as ideias que norteiam os veteranos. (Mingardi, 2003)

A atuação das polícias está tradicionalmente pautada no pressuposto de que a instituição representa a autoridade do Estado, e como autoridade detém a prerrogativa do “mando” e do arbítrio para o exercício do controle social sobre a população civil, nessa lógica, o uso “legítimo” da força como prerrogativa da autoridade levou as formas de atuação típicas da polícia a se pautarem por ações enérgicas, coercitivas e violentas. Essa perspectiva se acentuou especialmente durante o regime militar, quando as polícias estaduais foram utilizadas como instituições de controle social sobre os opositores do regime e essas representações sociais dominantes no Brasil acerca das polícias e do seu papel social, infelizmente, ainda são baseadas na ideia de que a autoridade institucional é legitimada pela força e pela violência. (Pimenta, 2016).

Nas entrevistas, especificamente, sobre políticas públicas, elas foram mencionadas pelos psicólogos:

A entrevista da sugere trabalhos e investimentos para atuar nas questões trazidas pelos policiais como problemas relacionados a saúde psíquica, como dependência química, e suicídio, já que é do conhecimento de todos que estes quadros são comuns nas polícias do Brasil e também políticas públicas voltadas para as mulheres policiais. (Entrevista da 4)

Entende que não é de bolsa formação que o policial precisa, precisa de investimento em saúde, prevenção, cuidado físico e mental. (Entrevistada 4)

Pensa que deveria ter uma ouvidoria neutra, apoio jurídico gratuito aos policiais, pois há questões que o policial sofre dentro da instituição e ele precisa recorrer a alguém e encaminhar as devidas providências. Pois, são relatados casos em que se recorre a uma chefia e dependendo das relações deste poderá ser punido com remoção ou troca de setor. Entende que é uma cultura perpetuada na polícia de protecionismo e de hierarquia”. (Entrevistada 1)

É por isso que penso que propostas de políticas públicas pensadas por psicólogos que trabalham nas forças de segurança, juntamente com os policiais são necessárias e nos convidam a refletir criticamente sobre os processos de trabalho em que se inserem estes trabalhadores e trabalhadoras e que as experiências vivenciadas pelos trabalhadores no trabalho ou em serviço possam disputar ideias, programas e projetos de causas maiores e de políticas públicas universais que superem os interesses privados e o pragmatismo tão presente no Estado brasileiro. (Fernandes, 2016 p.41)

1.8.4 CONCLUSÕES

Com vistas a compreensão do trabalho dos psicólogos, voltado aos policiais atendidos no Departamento de Saúde da Polícia Civil do Estado do RS, procuramos, no presente trabalho, caracterizar os serviços oferecidos pela Psicologia no Departamento de Saúde da Polícia Civil-RS, assim como reconhecer a influência da cultura policial no trabalho dos Psicólogos no Departamento de Saúde, no que diz respeito à prevenção do adoecimento psíquico dos policiais. A revisão de Literatura sobre as práticas da Psicologia e o atendimento específico à policiais, assim como contribuições do campo da sociologia das conflitualidades, voltada à segurança cidadã, junto às entrevistas com os psicólogos informantes, foi de fundamental importância para o entendimento de que, no atendimento em psicologia clínica, voltado aos policiais, é possível identificar que a denominada “cultura policial” contribui para a reprodução, nas relações de trabalho, de um modelo conservador e hierárquico na PC, gerando sofrimento no policial. O incremento de políticas públicas, voltadas ao atendimento desses profissionais, o reconhecimento da necessidade de criação de espaços de acolhimento e que envolvam questionamentos sobre os conflitos decorrentes do ofício, assim como dos pressupostos sobre “sua cultura”, reproduzidos no cotidiano de trabalho, contribuíram, na nossa avaliação, para a diminuição desse sofrimento.

CAPÍTULO 2. ARTIGO CIENTÍFICO

SAÚDE NA SEGURANÇA PÚBLICA: TEMA A SER INCLUÍDO NA AGENDA DE SEGURANÇA CIDADÃ

HEALTH IN PUBLIC SAFETY: A TOPIC TO BE INCLUDED IN THE CITIZEN SAFETY AGENDA

SALUD EN SEGURIDAD PÚBLICA: UN TEMA A INCLUIR EN LA AGENDA DE SEGURIDAD CIUDADANA

Luciane de Castro Sperotto

Resumo: O objetivo deste estudo foi o de apresentar considerações em defesa da inclusão do tema Saúde na segurança pública na próxima publicação de uma agenda de Segurança Cidadã. Foi possível verificar a relevância do tema, pois há várias contribuições bibliográficas que referem sobre o adoecimento do profissional de segurança pública e poucos investimentos para mudar esta situação, motivo que reforça a necessidade de discussões sobre o tema na Agenda em defesa da criação de novas Políticas Públicas para os profissionais da Segurança.

Palavras-chave: Agenda; Segurança; Saúde; Políticas Públicas.

Abstract: The objective of this study was to present considerations in defense of the inclusion of the topic of Health in public security in the next publication of a Citizen Security agenda. It was possible to verify the relevance of the topic, as there are several bibliographical contributions that refer to the illness of public security professionals and few investments to change this situation, a reason that reinforces the need for discussions on the topic in the Agenda in defense of the creation of new Policies Public for Security professionals.

Keywords: Agenda; Security; Health; Public Politics.

Resumen: El objetivo de este estudio fue presentar consideraciones en defensa de la inclusión del tema de la salud en la seguridad pública en la próxima publicación de una agenda de seguridad ciudadana. Se pudo verificar la relevancia del tema, dado que existen diversas contribuciones bibliográficas que hacen referencia a la enfermedad de los profesionales de la seguridad pública y pocas inversiones para cambiar esta situación, lo que refuerza la necesidad de debatirlo en la agenda para la creación de nuevas políticas públicas para los profesionales de la seguridad.

Palabras clave: Agenda; Seguridad; Salud; Políticas Públicas.

2.1 INTRODUÇÃO

Ao estudar a Agenda da Segurança Cidadã, senti falta do tema Saúde, tão importante e relevante a ser pensado, diante das dificuldades enfrentadas diariamente na Segurança Pública, principalmente após a Pandemia do Covid 2019.

Penso em pesquisar dados a fim de obter subsídios para a criação da próxima agenda incluindo dados sobre saúde mental, prioritariamente.

O Brasil ainda não possui uma política pública estruturada de atendimento em saúde mental para policiais (ABSP, 2020). A maior parte das corporações policiais do país não dispõe de quadros de Psicologia próprios, nem de unidades específicas para o atendimento em saúde mental compondo seu organograma institucional.

Considerando que a segurança pública é uma das áreas mais arriscadas para o desenvolvimento de problemas de ordem mental e que estes profissionais são vítimas constantes de estresse ocupacional e pós-traumático, depressões e ideações suicidas (Minayo, 2013), torna-se de grande relevância o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a esta situação.

Contemplando esta demanda, entendo necessário pensar em políticas públicas que promovam a prevenção e cuidados em saúde e bem estar dos agentes da segurança pública.

2.1.1 Prevenção

A implementação de locais de serviços de saúde na Segurança Pública é extremamente necessária quando pensamos em prevenção de adoecimento psíquico. Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia da Covid-19. Por se tratar de um vírus com um alto grau de transmissão foi definido pela adoção do isolamento social. Com exceção das atividades essenciais, o mundo todo, incluindo o Brasil, entrou em isolamento social por longos períodos em 2020 e 2021 e com restrições ainda em 2022. Como prestador de serviço essencial, os profissionais de segurança pública não pararam de trabalhar nem tiveram suas atividades interrompidas. Estando em exposição ao vírus, as corporações também sofreram com os impactos da contaminação da doença. De acordo com levantamento do Monitor da Violência, em 2020, cerca de um quarto do efetivo de todo o país foi afastado da função em razão da Covid-19 (Silva et al., 2021).

Diante deste cenário epidêmico, pude verificar o aumento considerável de busca por atendimento psicológico na Divisão de Saúde da Polícia Civil do RS (DSA), local onde atuo como psicóloga, portanto parece pertinente que as políticas e intervenções no contexto ocupacional podem se organizar em torno da promoção da saúde, prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. A promoção da saúde consiste em ações

multidisciplinares que visam favorecer o bem-estar de indivíduos e do coletivo por meio de políticas públicas saudáveis, ambientes favoráveis à saúde, divulgação dos serviços de saúde, inclusão da ação comunitária e desenvolvimento de habilidades pessoais (World Health Organization, 1986).

A prevenção primária visa evitar o adoecimento no trabalho por meio da redução de fatores de risco psicossociais, ergonômicos, físicos, químicos ou biológicos e fortalecimento de fatores de proteção à saúde do indivíduo e da coletividade. Compreende a implementação de medidas educativas focadas em problemas de saúde específicos. A prevenção secundária engloba ações de diagnóstico precoce e tratamento que visam curar uma doença já instalada por meio de cuidado integral à saúde. A prevenção terciária abarca ações que visam maximizar a qualidade de vida e conter prejuízos decorrentes de uma doença já instalada e irreversível. Compreende ações de reabilitação que podem incidir sobre os indivíduos e os contextos em que vivem (Leavell & Clark, 1965).

Pensando nas políticas de promoção da saúde, a partir dos relatos em atendimento psicoterápico na DSA, os policiais destacam a necessidade de maior investimento na área de promoção da saúde, além de mais recursos direcionados para a saúde do policial. A implementação de políticas também seria facilitada com a criação de comissões de qualidade de vida, para haver permanência das ações independente da gestão, uma vez que o desinteresse do gestor e as mudanças políticas são apontadas como um grande dificultador de sua implementação.

O efetivo reduzido, outro empecilho apontado, seria resolvido com a criação de mais concursos públicos. Assim, percebe-se a complexidade envolvida com o tema da contratação. Os profissionais se queixam que trabalham sempre muito abaixo do efetivo ideal e os concursos públicos costumam ser insuficientes para suprir as necessidades da instituição, pois a quantidade de novos policiais é inferior ao déficit no momento da contratação. Além disso, comentam que muitos aprovados permanecem por pouco tempo porque costumam usar o concurso como “ponte para algo melhor”, o que em alguns casos reflete as condições de trabalho precárias e os baixos salários que são insuficientes para despertar interesse em continuar na instituição.

Nesse sentido, para Calanzas (2010) muitos desses profissionais ingressam na carreira atraídos pelo status da profissão, possibilidades de ascensão, estabilidade do concurso público e, com o passar do tempo acabam se deparando com a difícil realidade e, entre outros aspectos, a falta de reconhecimento, a percepção do risco real, as perdas de colegas, gerando sofrimento mental.

Outro aspecto que trago para discussão, diz respeito à necessidade de um melhor processo de seleção, para aprovar pessoas que tenham características adequadas ao ofício, pois muitas pessoas são aprovadas no concurso sem aptidão alguma ao trabalho policial e já no estágio probatório, apresentam diagnósticos de depressão ou transtorno de ansiedade por vivenciar experiências comuns no cotidiano, por exemplo, situações de violência e precisam se afastar para tratamento de saúde. Ou seja, não basta fazer mais concursos, é preciso melhorar o processo de seleção dos profissionais e oferecer melhores condições de trabalho para que queiram permanecer na instituição, incluindo ações preventivas e de manutenção da saúde, diminuindo assim os pedidos de exoneração e atestados. Os problemas de saúde aparecem, portanto, de forma multidimensional, parte podendo ser solucionados por políticas de saúde internas, ajudando os profissionais nos desafios do dia a dia da função; parte sendo solucionados por selecionar profissionais com recursos psicológicos compatíveis ao cargo e oferecer condições de trabalho que despertem o desejo de permanência, o que acaba afetando a saúde positivamente.

Outro ponto que merece atenção diz respeito ao trabalho em turnos de revezamento, adotado pelos profissionais de segurança pública. Essa rotina foi objeto de pesquisa em diversos estudos (Silva et al. 2010; Santos et al., 2012; Arruda, 2014; Campos, 2014), os quais encontraram indicativos de que o trabalho nessa condição traz várias consequências negativas ao trabalhador, como distúrbios do sono, perturbações gastrintestinais e de humor, fadiga excessiva, hipertensão arterial, afetando aspectos biopsicossociais, familiares e interpessoais. Além disso, foi identificado que os trabalhadores que atuam no turno da noite apresentam maior prevalência de sofrimento psíquico, especialmente depressão, quando comparados àqueles que trabalham somente durante o dia.

2.1.2 Ações

Em relação à segurança pública, intervenções são demandadas em diferentes categorias profissionais, incluindo policiais, bombeiros, trabalhadores do sistema prisional e na própria comunidade (Edgelow et al., 2021). O escopo dessas intervenções, em geral, foca na saúde física, incluindo questões relacionadas ao sono e à fadiga, e, principalmente, na saúde mental, como no manejo de estresse e resiliência (Edgelow et al., 2021).

Aos policiais e bombeiros, a aptidão física é um padrão essencial na sua atividade correspondente (Scarlett et al., 2021; Taylor et al., 2015) intimamente correlacionado ao equilíbrio da saúde mental e física de forma dinâmica, principalmente, ao considerar que o

desgaste de saúde costuma afetar mais fortemente o público do sexo masculino e os com idade mais elevada (Kesavayuth et al., 2022; Ohrnberger et al., 2017).

Para Costa (2010), a Segurança Pública pode ser entendida como um conjunto integrado e otimizado, composto por diversos instrumentos, que envolvem coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O autor defende que o processo de segurança pública começa em ações preventivas e tem seu término na reparação do dano, no tratamento das causas e eventual reintegração à sociedade do autor do ilícito.

Quando se fala em segurança pública, a saúde mental é um tema que precisa ser colocado em pauta. Dados da Organização Mundial da Saúde são preocupantes e apontam aumento no número de casos de depressão e transtornos de ansiedade no mundo e também no Brasil. O relatório mais recente acerca do tema, indica que 5,8% da população brasileira sofre de depressão, o equivalente a 11,7 milhões de brasileiros, enquanto distúrbios relacionados à ansiedade afetam mais de 18,6 milhões de brasileiros (Who, 2017).

Assim, vários são os estudos que buscaram identificar meios para lidar com o problema, sendo que muitos deles sugeriram a adoção de métodos preventivos para o enfrentamento ao estresse inerente às profissões relacionadas à segurança pública, assim como para evitar o agravamento de condições desencadeadas pelo cotidiano da profissão (Dantas, et. al., 2010; Souza, 2011; Mendes, 2013; Elesbão, 2016; Neves et. al., 2016; Pinheiro e Farikoski, 2016; Santiago e Souza, 2016).

Um desses estudos, realizado por Mendes (2013), abordou a saúde psicossocial na segurança pública brasileira, apontando como principais conclusões a importância da utilização por parte das corporações de métodos preventivos de alterações psicossociais. Para tanto, o autor sugeriu, dentre outras estratégias, a contratação de psicólogos para atuação em diversas áreas, realização de grupos de encontro para atendimento do público-alvo e que os atendimentos prestados fossem extensivos à família dos agentes, considerando as implicações do trabalho na segurança pública também aos familiares dos profissionais.

Gomez et al. (2022), menciona no livro *Saúde na Segurança Pública*, propostas alinhadas aos desfechos de saúde concretizados e evidenciados na literatura revisada, percebe-se que existem diversas dimensões a serem consideradas para a proposição de diretrizes de intervenção na saúde da segurança pública:

Formular e implementar políticas de saúde nas instituições voltadas principalmente para os problemas de saúde mais apontados no estudo: saúde mental, problemas osteomusculares, hipertensão, diabetes e dependência química

- Desenvolver programas com enfoque na prevenção e promoção de saúde, incluindo acompanhamentos, não apenas emergencial;
- Designar recursos financeiros específicos para sustentar e manter a institucionalização de políticas de promoção da saúde;
- Criar e/ou ampliar equipes multiprofissionais de saúde preparadas para a oferta de serviços de prevenção primária, secundária e terciária à saúde;
- Melhorar as condições de trabalho por meio da ampliação do número de trabalhadores, realizando novos concursos públicos, capacitando-o para lidar com estressores e demandas ocupacionais, o que poderá reduzir a sobrecarga e amenizar riscos à saúde ocupacional;
- Idealizar e implementar estratégias que proponham a reflexão acerca da importância do trabalhador da segurança pública buscar ajudar nos diversos âmbitos da saúde e vida pessoal;
- Desenvolver estratégias para sensibilização de gestores acerca da importância de projetos focados na saúde do trabalhador e implementação de serviços de saúde.

Pensando nestas propostas mencionadas para a segurança pública, não sei se os dados de busca foram os adequados, mas localizei pouca coisa, o que não me surpreende haja visto estar trabalhando na Segurança pública há 13 anos e nunca ter sido contemplada com políticas de segurança que beneficiem o policial, são elas:

- Publicação do Decreto nº 11.107, de 29 de junho de 2022 que altera o Decreto nº 9.489 de 30 de agosto de 2018, para dispor sobre o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, que de fato sejam construídas articulações institucionais, monitoramento e avaliação dos servidores de segurança e a busca pela melhoria dos indicadores de saúde no país. O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), é considerado um dos programas estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que, após a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), a partir da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passou a fazer parte dos meios e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a função de elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar, entre outros, os projetos de programas de atenção psicossocial e de saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como a integração sistêmica das unidades de saúde dos órgãos que compõem o Susp (Brasil, 2018).
- O Sistema Único de Segurança Pública (Susp) foi instituído pela Lei Nº 13,675 no dia 11 de junho de 2018. O Susp visa integrar os órgãos de segurança e inteligência;

padronizar informações, estatísticas e procedimentos; entre diversas outras medidas visando a integração das forças de segurança (Brasil, 2018).

- A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) foi instituída juntamente com o Susp pela Lei nº 13.675/2018. A finalidade do PNSPDS é preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. (Brasil, 2018).

- O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) tem o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e investigação, bem como de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica; programas de polícia comunitária e programas de prevenção ao delito e à violência, dentre outros. (Brasil, 2020).

- PRONASCI, Conforme a Lei no 11.530;2007, programa Nacional estruturante para a Segurança Pública no Brasil;

- Em 2002 o governador do Estado do RS, Olívio Dutra, assinou um decreto que criava o Programa de Saúde Mental para Trabalhadores da Segurança Pública. O Programa de Saúde Mental, criado pela Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), foi uma proposta pioneira no Brasil em seu conteúdo e abordagem e foi considerada uma das prioridades daquela gestão. O projeto caracterizava-se por ações de atendimento especializado na área de saúde mental aos profissionais que atuam diretamente na segurança pública. O objetivo do atendimento especializado era prevenir os agravos psíquicos e promover a saúde mental dos servidores da Segurança, tornando-os menos vulneráveis ao sofrimento psíquico que advém da exposição excessiva às pressões e riscos inerentes à atividade policial. Além disso, buscava reduzir o grau de exposição destes servidores às situações de risco de adoecimento em saúde mental do trabalho. A questão da saúde mental deixaria de ser tratada como assunto meramente administrativo e burocrático dentro das instituições. As consultas ocorreriam por meio da criação de Centros de Referência em Saúde Mental em sete regiões do Estado. Nesses locais, o servidor da segurança encontraria profissionais de várias áreas (psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, professores de educação física, artistas plásticos e músicos, entre outros) para diagnóstico e tratamento. A iniciativa devia beneficiar 32.785 servidores ativos da Segurança Pública em todo o Estado, lotados na Brigada Militar (BM), Polícia Civil (PC),

Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), Instituto-Geral de Perícias (IGP) e Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Recentemente foi lançado o novo PRONASCI II (2023), pelo Governo Federal do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proposta que visa retorno de uma política pública para cuidar do povo e combater a violência com esforços integrados e investimentos não só na polícia, mas, também, na educação, cultura e saúde. Programa este que está vigente.

A partir da Constituição cidadã, não há mais espaço para a formação que privilegie a força reativa e a repressão policial, mas uma segurança pública baseada em ações preventivas a respeito das garantias constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ser consenso a necessidade de construir caminhos em torno de alguns temas a respeito dos desafios da segurança pública. Baixos salários, efetivo policial insuficiente, falta de verbas para equipamentos e armas, falta de integração entre as políticas de segurança e outras políticas sociais, falta de integração entre as diferentes polícias e interferências políticas, assim como falta de assistência na área da saúde.

Pela relevância do tema, sugeriria incluir em um dos eixos constantes na Agenda, o Eixo 6: Saúde e bem estar na Segurança Pública, a fim de despertar discussões e propostas em Políticas Públicas em saúde na Segurança Pública.

Acerca dos inúmeros obstáculos que se apresentam, espero que este trabalho cumpra o seu objetivo para o qual foi elaborado, qual seja, o de inspirar políticas públicas em saúde baseadas em evidência científica e, ao fim, favorecer a saúde das pessoas, organizações e coletividades. Espera-se que o conjunto de dados ofertados possa oferecer importantes reflexões aos gestores da área de segurança no país e, acima de tudo, a materialização de propostas efetivas.

Assim, sugere-se que poderiam ser criados programas e ações institucionais, para que ganhem permanência e amplitude para contemplar todos os profissionais. Também ressaltam projetos e programas em parceria com universidades públicas e privadas, tanto a nível de produção de conhecimento para fundamentar novas práticas, como para facilitar atendimentos na área da saúde por meio de estágios ou convênios.

A partir dessa compreensão observa-se a real necessidade de políticas públicas destinadas aos profissionais de segurança que realmente os beneficiem e se mantenham por diferentes gestões, aprimorando e modernizando conforme os avanços na área da segurança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Programa nacional de segurança pública com cidadania (PRONASCI). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pronasci/pronasci-ii>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018**. Sistema Único de Segurança Pública (SUSP-Pró-vida): disciplina a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/pro-vida>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.756, de 12 de dezembro de 2018**. Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13756&ano=2018&ato=ccbETTE5UeZpWT1f5>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CALAZANS, Marcia Esteves. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, n. 1, p. 206–211, jan. 2010. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010000100022. Acesso em: 05 dez. 2023.

COSTA, Marcos Antonio Cezar. Segurança Pública. **Revista Núcleo de Criminologia**, n. 07, nov. 2010. Paracatu, MG: Núcleo de Pesquisa Criminológica e Políticas de Segurança Pública, Faculdade Atenas. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/Revista_Nucleo_Criminologia_07.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

DANTAS, Marilza Aparecida; BRITO, Denilza Vitar Cantarino; RODRIGUES, Pâmela Batista; MACIENTE, Thiago Silvério. Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 3, p. 66–77, mar. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300006. Acesso em: 27 dez. 2023.

EDGELOW, M.; SCHOLEFIELD, E.; McPHERSON, M.; MEHTA, S.; ORTLIEB, A. A review of workplace mental health interventions and their implementation in public safety organizations. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 95, p. 645–664, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00420-021-01772-1>. Acesso em: 06 dez. 2025.

GOMEZ, Victoria Ayelen; MURTA, Sheila Giardini; ZANINI, Daniela Sacramento; FAIAD, Cristiane; DE OLIVEIRA, Sergio E. S.; NASCIMENTO, Thiago. Saúde na segurança pública: indicadores e diretrizes para intervenções no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de segurança pública Pró-vida. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública; **Centro de Pesquisa em Avaliação e Tecnologias Sociais – CEPATS**; UNB, 2022. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/7366/3/sa%C3%BAde%20na%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABlica.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KESAVAYUTH, Dusanee; SHANGKHUM, Prompong; ZIKOS, Vasileios. Building physical health: What is the role of mental health? **Bulletin of Economic Research**, v. 74, n. 2, p. 457–483, 2022. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/bla/buecrs/v74y2022i2p457-483.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 06 dez. 2025.

LEAVELL, Hugh Rodman; CLARK, E. Gurney. **Preventive Medicine for the Doctor in His Community: An Epidemiologic Approach**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1965. Disponível em: https://archive.org/details/preventivemedici0000leav_3edi. Acesso em: 06 dez. 2025.

MENDES, Evaristo de Oliveira. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, mar. 2013. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S1413-81232013010400001. Acesso em: 20 dez. 2023.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário de Segurança Pública 2020**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Decreto n. 41.519, de 2 de abril de 2002: Programa de saúde mental para trabalhadores da segurança pública e outras providências**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

SCARLETT, Michael P.; ROGERS, W. Todd; ADAMS, Eric M.; DREGGER, Randy W.; PETERSEN, Stewart R. Evidence for validity and reliability, and development of performance standards and cut-scores for job-related tests of physical aptitude for structural firefighters. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 63, n. 11, p. 992–1002, nov. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34739443/>. Acesso em: 06 dez. 2025.

SILVA, C. R.; GRANDIN, F.; CAESAR, G.; REIS, T. Número de policiais mortos com Covid-19 é mais que o dobro dos que foram assassinados nas ruas em 2020. **GI**, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/numero-de-policiais-mortos-com-covid-19-e-mais-que-o-dobro-do-de-assassinados-nas-ruas-em-2020.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2023.

TAYLOR, N. A. S.; FULLAGAR, H. H. K.; SAMPSON, J. A.; NOTLEY, S. R.; BURLEY, S. D.; LEE, D. S.; GROELLER, H. Employment standards for Australian urban firefighters: Part 2: The physiological demands and the criterion tasks. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 57, n. 10, p. 1072–1082, 2015. Disponível em: <https://journals.lww.com/00043764-201510000-00006>. Acesso em: 06 dez. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders: Global Health Estimates**. 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 dez. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Ottawa Charter for Health Promotion. **First International Conference on Health Promotion**, Ottawa, 1986. Geneva: WHO, 1986.

CAPÍTULO 3 - PRODUTO TÉCNICO

3.1.1 Título:

Mindfulness aplicado à policiais

3.1.2 Produto técnico:

Evento Organizado

3.1.3 Definição:

A prática regular de mindfulness pode trazer melhorias significativas para a saúde física e mental.

3.1.4 Natureza:

Técnica

3.1.5. Abrangência:

Regional- rio Grande do Sul

3.1.6. Público usuário:

Polícia Civil do Estado do RS

3.1.7 Descrição do produto e sua finalidade:

Serão realizadas práticas de mindfulness entre grupos de policiais, com psicólogo ou psiquiatra convidado-orientador, através do treinamento mental repetitivo em que cultivamos o estado psicológico “mindful” para que se torne um traço psicológico, ou seja, uma predisposição para levarmos uma atenção consciente para nosso cotidiano como uma característica mais estável da nossa personalidade, Baer (2006). A capacidade de sustentarmos este estado psicológico, especialmente em meio aos desafios e aos altos e baixos da vida é uma habilidade importante a ser cultivada.

3.1.8 Finalidade:

Enquanto existem diversas formas de meditação com intenções diferentes, a meditação mindfulness envolve o treinamento mental em prestar-se atenção à experiência do momento presente com uma orientação de abertura, curiosidade, aceitação, não-reatividade e não-julgamento, Bishop (2004)). Este estado de consciência acima descrito não é novo e é parte do que nos faz humanos, porém apenas permanecemos neste estado por períodos breves e logo somos reabsorvidos pelas narrativas pessoais e fixações no passado ou futuro. A capacidade de

sustentarmos este estado psicológico, especialmente em meio aos desafios e aos altos e baixos da vida é uma habilidade importante a ser cultivada que muito contribuiria aos policiais.

3.1.9 Público-alvo:

Policial Civil do RS

3.1.10 Avanços tecnológicos:

O Mindfulness é uma prática baseada em evidências que iniciou significativamente no Brasil no início do ano 2000. Foi uma prática já realizada na Polícia Civil em 2019 e teve grande aceitação pelos policiais e dentro do resultado desta tese de doutorado, intitulada: Ensaio Clínico de Intervenções Baseadas em Mindfulness (IBM) para Promoção da Saúde em Populações Vulneráveis: Policiais e imigrantes, realizado pelo psiquiatra, dr. Marcelo Trombka, médico que atendia também na PC-RS e que conseguiu demonstrar empiricamente, tendo por base um Ensaio Clínico randomizado (ECR), com uma Intervenção Baseada em Mindfulness (IBM) que a prática na população policial reduz sintomas de depressão e ansiedade, melhora a qualidade de vida em todos seus domínios e facetas e aumenta a religiosidade não-organizacional. Além disso, o estudo evidenciou que os benefícios encontrados em relação a ansiedade, depressão e qualidade de vida são sustentados por seis meses.

3.1.11 Conexão com a pesquisa:

A importância do trabalho da Psicologia é fundamental junto às instituições de segurança pública e acredito que práticas que promovam o bem estar do policial contribuirão para flexibilizar as suas crenças oriundas da cultura policial.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A clínica na Polícia é uma construção que vem sendo erguida junto aos pacientes, psicólogos e chefias por muitos anos. Trata-se de uma atividade que se tem prestado à prevenção de agravos à saúde mental, quando, por exemplo, o psicólogo atende um policial baleado em uma troca de tiros e, com isso, pode prevenir o desenvolvimento do TEPT, ou um atendimento de urgência, na escuta de um policial aflito por estar vivendo uma crise pessoal e pensando em se matar. É também uma das bases de um trabalho que vem sendo pensado e realizado no sentido de abarcar as contradições, dificuldades e possibilidades de promoção à saúde mental dentro da instituição. Contudo, ela faz parte de um contexto também caracterizado por situações complexas que envolvem riscos, inclusive aqueles que fazem parte da própria instituição. Portanto, sugiro que o psicólogo possa ampliar a sua atuação, e propor alternativas para trabalhar as questões relativas à cultura policial e a organização do trabalho.

Acredita-se que a estimulação, no ambiente organizacional, de um paradigma que favoreça a inserção da Psicologia com mais efetividade seria benéfica à minimização do sofrimento mental e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida. A resistência à Psicologia trazida nos aspectos da cultura policial pode ser diminuída com a estratégia de inverter o lugar do policial, no sentido da sua percepção e do seu reconhecimento. Ou seja, primeiro reconhecê-lo como sujeito, respeitando suas diferenças, sua singularidade e suas subjetividades para, depois, colocá-lo no lugar de policial, romper com o mito de herói. A Psicologia tem o papel de mediar os conflitos e as perturbações que surgem desse quadro, configurado por demandas rígidas sobre o policial, justamente nos momentos em que esse sujeito depara na prática com suas fragilidades e impossibilidades.

Assim sugere-se a reflexão sobre a importância de reconhecer a Psicologia e melhor aproveitá-la para o enfrentamento dos diversos desafios. São inúmeras as possibilidades a serem exploradas, incluindo questões operacionais importantes que poderiam ter melhor encaminhamento a partir da assessoria do psicólogo. Certamente a oportunidade de maior relevância estaria na gestão de pessoas, por se tratar de área estratégica na qual o psicólogo poderia auxiliar na compreensão dos processos relacionados com o comportamento humano.

Poderia ainda participar do planejamento das aulas na Academia de Polícia da PC-RS, promover a aproximação dos integrantes das forças de segurança pública com o meio acadêmico através da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) do Ministério da Justiça/SENASP que, mediante convênios com as universidades públicas do país,

oferece a estes profissionais de polícia possibilidade de se qualificarem e terem um novo prisma para essa complexa atividade em cursos de pós-graduação com especializações, mestrados e doutorados profissionalizantes, como exemplo deste Mestrado Profissional em Segurança Cidadã.

Quanto a questão da formação policial a adoção, pela SENASP, da Matriz Curricular Nacional foi pensada e criada com parâmetros técnicos para uma mudança nos referenciais teórico-práticos da formação profissional, prevendo eixos articuladores de disciplinas dentro de áreas temáticas, com o objetivo de dar uniformidade na formação dos profissionais da segurança pública. Como sugestão, poderia ser revisto e incluído disciplinas na área da Psicologia.

Houveram planos e programas que demonstram que houve uma evolução na maneira de se pensar a temática da segurança pública, passando-se a uma concepção de segurança com cidadania prevista e implementada em vários planos e programas. Porém, a eficiência desses avanços só pode ser observada em análises e diagnósticos depois que as ações previstas nestes planos são colocadas em prática e, como essas proposições não se mantiveram por mais de uma gestão, inclusive em governos de continuidade, é necessário tornar as políticas públicas de segurança mais efetivas e duradouras e não apenas de um governo só, sob pena de se ter retrocessos nesta área.

Como recomendação para trabalhos futuros e aprofundamento da pesquisa, diante da complexidade que envolve o trabalho policial, sugiro que seja pensado:

- 1) Considerando os dados apontados sobre a busca por atendimento na DSA, poderia ser realizada uma pesquisa entre os policiais civis para entender a percepção deles sobre o serviço realizado pelos psicólogos;

- 2) Incentivar a formação em Segurança Cidadã nas Academia de Polícia e incentivar a produção de diferentes pesquisadores-policiais de diversas áreas (psicologia, sociologia, saúde pública, direito) para abordar a complexidade dos problemas enfrentados pela segurança pública.

Assim concluo, entendendo o trabalho da Psicologia na DSA, e os resultados alcançados pelos atendimentos na clínica diante das complexidades do trabalho com os policiais, acredito na necessidade de expandir os serviços, quanto às questões de recursos humanos, gestão de pessoas e aproximação com a universidade para explorar, e construir políticas públicas na área da segurança cidadã.

REFERÊNCIAS

AGENDA de segurança cidadã: por um novo paradigma [recurso eletrônico]. Rel. Paulo Teixeira; rels. adjuntos Ronaldo Benedet, Rubens Otoni; pesquisadores externos Alberto Lebling Kopittke Winogron [et al.]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

AMADOR, F. S. Trabalho e saúde: considerações a respeito da categoria dos policiais militares. **Unidade**, Porto Alegre, n. 40, 2000.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; NASCIMENTO, Andrea Ana do. Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 653–672, 2016. DOI: 10.15448/1984-7289.2016.4.24402. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/24402>. Acesso em: 21 nov. 2025.

BAER, Richard A.; SMITH, Gregory T.; HOPKINS, Julian; KRIETEMEYER, J.; TONEY, L. Using self-report assessment methods to explore facets of mindfulness. **Assessment**, v. 13, n. 1, p. 27–45, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16443717/>. Acesso em: 06 dez. 2025.

BASSANI, F.; LAMENGO, M. Sofrimento psíquico e trabalho policial: análise dos fluxos de busca de atendimento em saúde mental na Polícia Civil do RS. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, 2023.

BECK, Aaron Temkin. Thinking and depression: II Theory and therapy. **Archives of General Psychiatry**, v. 10, p. 561–571, 1964.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2013.

BISHOP, Scott R.; LAU, M.; SHAPIRO, S.; CARLSON, L.; ANDERSON, N. D.; CARMODY, J. et al. Mindfulness: a proposed operational definition. **Clinical Psychology: Science and Practice**, v. 11, n. 3, p. 230–241, 2004. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2004-15972-002>. Acesso em: 06 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Senasp. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública**. Coord. PASSOS, A. S. 3. ed. Brasília: Senasp, 2014. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2320/1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*, 2007.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. **Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DEJOURS, Christophe et al. **A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

DETONI, Maurício Paraboni. **Formação policial: contribuições pedagógico-filosóficas**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014.

DOHERTY, W. J. Quanta, quarks and families: implications of quantum physics for family research. **Family Process**, 1986.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação permanente e políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FREIRE, Moema D. Paradigmas da segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Aurora**, v. 3, n. 5, p. 49–58, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1219>. Acesso em: 06 dez. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANETTI, João Paulo. A relação na perspectiva fenomenológico-existencial. In: GIOVANETTI, João Paulo. **Fenomenologia existencial: fundamentos filosófico-antropológicos**. Belo Horizonte: FEAD, 2002.

GUILLANT, Louis Le. **Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

KLOCKARS, Carl B. The Dirty Harry Problem. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 452, 1980.

LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabrício Augusto. Prevalência de transtorno mental e comportamental em policiais militares de SC em licença para tratamento de saúde. **Psicologia: Ciência & Profissão**, v. 35, p. 824–840, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/q54XX48xW8pPcXXHfSSNqdb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2025.

MADEIRA, Ligia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. A trajetória das políticas públicas de segurança no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 3–21, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3ymmqLRLZRSt8Xc5JwxJfQn/?format=pdf>. Acesso em: 06 dez. 2025.

MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Condições de saúde e risco profissional. **Prazer, Estresse e Sofrimento Mental**, p. 217–243, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y28rt/pdf/minayo-9788575413395-14.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em SP (1983-1990)**. Porto Alegre: CORAG, 2003.
- MIRANDA, D. (Org.). **Por que policiais se matam?** Rio de Janeiro: 2016.
- MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- MORGAN, Rod; MAGUIRE, Mike; REINER, Robert (Eds.). **The Oxford Handbook of Criminology**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- NASCIMENTO, Andrea Ana do. Entre a tradição e a mudança: reflexões sobre a reforma da Polícia Civil do RJ. **Enfoques**, v. 7, n. 1, p. 91–111, 2008.
- NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- NIEDERHOFFER, Arthur. **Behind the Shield: Police in Urban Society**. New York: Doubleday, 1967.
- NOGUEIRA, G. E. G.; GISCHEWSKI, V. R. Alcoolismo e tentativas de suicídio entre policiais militares. In: LIMA, M. E. A.; LEAL, R. M. A. C. (Orgs.). **Álcool e trabalho**. Curitiba: Juruá, 2015.
- O'NEILL, Megan; MARKS, Monique; SINGH, Anne-Marie (Ed.). **Police Occupational Culture: New Debates and Directions**. Amsterdam: Elsevier, 2007.
- PIMENTA, Melissa de Mattos. Policiamento comunitário no RS. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violências e Mundialização**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 249-264.
- PINTO, Liana W.; FIGUEIREDO, Ana Elisa B.; SOUZA, Edinilsa R. Sofrimento psíquico em policiais civis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 633-644, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MgkjVYq6nWCRHgY7hW5qQvf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- PONCIONI, P. F. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, ed. 1, p. 22-31, 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/3>. Acesso em: 06 dez. 2025.

- PONCIONI, P. F. Governança democrática da segurança pública. **Civitas**, v. 13, n. 1, p. 48-55, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/fBh9K4QLKPZChXVHD-kSQpVK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- PONCIONI, P. F. Identidade profissional policial. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.
- ROSSI, Ana; MEURS, J.; PERREWÉ, P. **Stress e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Atlas, 2013.
- SACRAMENTO, J. S. D. **Polícia e gênero**. Porto Alegre, 2007.
- SILVA, Fábio de Sá e. Entre o plano e o sistema: o impasse da segurança pública. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 3, p. 37-43, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/9befed4e-a0ed-402d-ae6-a14583e61884/content>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- SHEARING, Clifford D.; ERICSON, Richard V. Culture as figurative action. **British Journal of Sociology**, v. 42, n. 4, p. 481-506, 1991.
- SKOLNICK, Jerome. **Justice Without Trial**. New York: John Wiley and Sons, 1966.
- SATO, L. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 9, n. 2, p. 99-107, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/issue/view/1939>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- SILVA, Paulo Roberto G.; SILVA, Bruna D. S. Profissional de Segurança Pública. TCC – PMGO, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1752>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 75-96, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mGvTSGmzb-GBbkP6cTjxCzzN/?lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- SOUZA, Mario L. P. Stress policial na PMMT. **Revista Científica de Segurança Pública**, v. 7, 2011. Disponível em: <https://revistacientifica.pm.mt.gov.br/index.php/semanal/article/view/594>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- SPANIOL, M. I. Avanços e desafios da segurança pública pós-redemocratização. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. et al. **Violência, Segurança e Política**. Porto Alegre: Tomo Ed., 2019. p. 607-624.
- SPODE, Charlotte B.; MERLO, Alvaro R. C. Trabalho policial e saúde mental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/mDgQTP4RT35mgm9Cg86bjxP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 dez. 2025.

TAVARES, M. A clínica da confluência da história pessoal. In: CODO, W. **O trabalho enlouquece**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violência e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Ed., 2009.

WADDINGTON, P. A. J. **Policing Citizens: Authority and Rights**. London: UCL Press, 1999.

WAGNER, Luciane C.; STANKIEVICH, Rosiani A. P.; PEDROSO, Fleming. Saúde mental em policiais civis. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 10, n. 2, p. 64-71, 2012. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/77>. Acesso em: 06 dez. 2025.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo. In: ZANELLI, J. C. **Psicologia, organizações e trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

ZANELLI, J. C. Formação profissional e atividades de trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 41–49, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revista-tp/article/view/17211>. Acesso em: 06 dez. 2025.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____

(nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão,) estou sendo convidado a participar de uma entrevista para o estudo denominado **A PSICOLOGIA CLÍNICA NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**, cujos objetivos são de justificar o trabalho realizado pela Psicologia e sua importância para a Segurança Pública.

A minha participação no referido estudo será no sentido de contextualizar o trabalho realizado pelos psicólogos na Divisão de Saúde da Polícia Civil do RS, e relatar suas experiências, impressões e sensações acerca do tema deste estudo.

Confirmando que recebi esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

A pesquisadora envolvida com o projeto é Luciane de Castro Sperotto, e a sua orientadora é a Prof. Dra. Rosimeri Aquino da Silva, vinculada ao PPGSEG do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e com eles poderei manter contato pelo telefone 51. 981834217.

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, **manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.**

No entanto, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo serei devidamente indenizado conforme determina a lei.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para 33088220 ou email ppgseg@ufrgs.br

Porto Alegre

Nome e assinatura do entrevistado (a)

Nome e assinatura da pesquisadora